

**ISCTE  IUL**  
**Instituto Universitário de Lisboa**

Departamento de História

O Sonho Americano: A Troca de Bolseiros e Estagiários entre Portugal e os  
Estados Unidos da América, 1945 - 1952

Gonçalo João Sotto Maior de Oliveira Mineiro

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Mestre em História Moderna e Contemporânea  
Especialidade em Relações Internacionais

Orientador:

Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro de 2014



## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, me assistiram na realização desta investigação.

Ao Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues pela orientação, pelo acompanhamento e pelos sábios conselhos que me foi facultando ao longo da realização desta investigação, que em muito enaltecera a mesma, e sem os quais não seria possível fazê-la.

À Doutora Sandra Boavida do Instituto Camões e à própria instituição pela disponibilização de acesso à documentação do Arquivo Histórico Camões, sem a qual não teria sido possível escrever esta dissertação.

Ao meu pai e à minha mãe agradeço não só todo o apoio e toda a força que sempre me deram, mas também, os valores que me transmitiram, sem os quais não teria chegado onde me encontro atualmente.

## **RESUMO**

Cada vez mais a historiografia das relações internacionais se tem debruçado sobre o estudo dos intercâmbios culturais. Inserido nessa área científica, este estudo vem abrir o caminho para a análise da troca de bolseiros entre Portugal e os Estados Unidos da América no período cronológico entre 1945 a 1952. Marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e pela conjuntura anticomunista da Guerra Fria vivida por estes dois países, esta análise, assente grosso modo em documentação originada pelo Instituto para a Alta Cultura, procura demonstrar a relevância que, à semelhança dos dias de hoje, as bolsas de estudo têm, não só para o benefício dos bolseiros, mas também para o benefício que estas trazem para um Estado através dos conhecimentos adquiridos pelos bolseiros no estrangeiros e aplicados no seu país.

Partindo de conceitos teóricos como o Soft Power e de aplicações práticas da política externa tal como o é a Diplomacia Cultural, este estudo trata das bolsas de estudo como uma “arma” do Estado que, apesar de não ser utilizada como forma de coação, serve como um meio de “propaganda” disfarçada. Desta forma, esta análise permite compreender a evolução, os objetivos e as características das bolsas de estudo permutadas entre o Portugal do Estado Novo e o norte da América liberal, no período pós Segunda Guerra Mundial.

**PALAVRAS-CHAVE:** bolsas de estudo, intercâmbio cultural, diplomacia cultural, soft power, EUA, Portugal.

## **ABSTRACT**

The historiography of international relations has been, increasingly, addressing to the study of cultural exchanges. Inserted into this specific scientific field, this study opens up the way for the analysis of the exchange of scholarships and internships between Portugal and United States of America during the chronological period between 1945 and 1952. Marked by the end of the Second World War and by the early conjuncture of the Cold War, this analysis, based roughly on documents originated by the Institute for High Culture, seeks to demonstrate the importance that, like today, the scholarships have, not only for the benefit of the person that receives the scholarship, but also for the benefit that they could bring to a State through the knowledge acquired in the foreign country and applied in homeland.

By using and applying the theoretical concept of Soft Power and the practical applications of foreign policy as it is the Cultural Diplomacy, this study deals with scholarships and internships as a "weapon" of the State. Although the "weapon" is not used as a mean of coercion, it serves as a mean of covert "propaganda". Thus, this analysis allows us to understand the evolution, objectives and characteristics of scholarships and internships exchanged between Portugal's Estado Novo and northern liberal America in the post-World War II period.

**KEY-WORDS:** scholarships, cultural exchange, cultural diplomacy, soft power, USA, Portugal.

## ÍNDICE

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>I</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>II</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>III</b>
<b>ÍNDICE</b> .....	<b>IV</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	<b>V</b>
<b>GLOSSÁRIO DE SIGLAS</b> .....	<b>VI</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA</b> .....	<b>9</b>
2.1 GUERRA FRIA.....	9
2.2 ESTADO NOVO .....	13
2.2.1 Ditadura Militar: o berço do <i>Estado Novo</i> (1926-1933) .....	13
2.2.2 O Estado Novo .....	15
2.3 A POLÍTICA EXTERNA DO ESTADO NOVO .....	19
2.3.1 Uma perspetiva global.....	19
2.3.2 A política externa no Estado Novo .....	23
2.4 AS RELAÇÕES LUSO-AMERICANAS .....	26
<b>3 ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	<b>33</b>
3.1 SOFT POWER .....	33
3.2 DIPLOMACIA CULTURAL.....	35
3.2.1 A Diplomacia cultural e os programas de intercâmbio .....	37
<b>4 OS INTERCÂMBIOS</b> .....	<b>41</b>
4.1 O INSTITUTO PARA A ALTA CULTURA .....	41
4.1.1 A história.....	41
4.1.2 O Instituto para a Alta Cultura .....	43

4.2	AS BOLSAS.....	46
4.2.1	As bolsas com destino aos Estados Unidos.....	47
4.2.2	Porquê os Estados Unidos? .....	53
4.2.3	O retorno dos bolseiros .....	61
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>65</b>
<b>6</b>	<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>69</b>
6.1	FONTES DE ARQUIVO .....	69
6.2	BIBLIOGRAFIA .....	69
6.3	WEBGRAFIA .....	71

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1-	Número de bolsas por ano para os EUA .....	49
Figura 2 -	Número de bolsas para os EUA distribuídas por área de estudo.....	50

## **GLOSSÁRIO DE SIGLAS**

- IIGM – Segunda Guerra Mundial
- AHC – Arquivo Histórico Camões
- AHD – Arquivo Histórico-Diplomático
- EAN – Estação Agronómica Nacional
- ECA – Economic Cooperation Administration
- EUA – Estados Unidos da América
- IAC – Instituto para a Alta Cultura
- ICAP – Instituto de Cultura Portuguesa
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- ISCEF – Instituto Superior de Ciências Sociais e Financeiras (atual ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão)
- JEN – Junta de Educação Nacional
- MIT – Massachusetts Institute of Technology (Instituto de Tecnologia de Massachusetts)
- MNI – Movimento Nacional Independente
- MUD – Movimento de Unidade Democrática
- MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Anti Fascista
- NATO – North Atlantic Treaty Organization / Organização do Tratado Atlântico Norte
- OECE – Organização para a Cooperação Económica Europeia
- ONU – Organização das Nações Unidas
- CEEA – Comunidade Europeia de Energia Atómica ou EURATOM
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



# 1 INTRODUÇÃO

A temática deste estudo assenta no estudo dos intercâmbios de estudantes, técnicos, especialistas e cientistas entre Portugal e os Estados Unidos da América com base na análise de documentação inserida nos Arquivos do Instituto de Alta Cultura e no Histórico Diplomático. O estudo restringe-se a uma baliza cronológica que se inicia em 1946, com o início da Guerra Fria, e termina em 1952, ano em que o Instituto de Alta Cultura sofre uma reformulação orgânica.

É através do estudo destes intercâmbios que esta dissertação toma como objetivo principal obter uma nova perspetiva sobre os objetivos por detrás dos mesmos, nomeadamente, as razões e o peso dos mesmos nas políticas externas norte-americana e portuguesa, como uma tentativa de “formatar” elites estrangeiras.

A metodologia adotada – ainda que se tenha traçado uma diretriz inicial –, tomou um percurso diferente do delineado primitivamente. Inicialmente havia a intenção de o presente estudo ser escrito intervaladamente com a análise das fontes. As razões para tal não ter sucedido recaem no simples facto de que, após terem sido definidos tanto o objeto de trabalho como os objetivos que se pretendiam alcançar, o conhecimento do autor relativamente ao enquadramento teórico ser, na altura, insuficiente para trabalhar esta temática. Houve então a preocupação de se estudar mais atentamente conceitos como o *Soft Power* e Diplomacia Cultural, não só para se estar atualizado face às últimas teorias e aos mais recentes estudos e trabalhos historiográficos, como também, para analisar as fontes documentais com *olhos de ver*, querendo o autor manifestar com esta expressão a ideia de que sendo detentor de mais conhecimentos sobre os assuntos, ter-se-ia assim mais facilidade em interpretar as informações e as pistas contidas na documentação examinada.

Assim sendo, e com o intuito de alcançar o objetivo principal mencionado anteriormente, vários temas e assuntos têm que ser também esclarecidos. Desta forma, este estudo foi dividido em três partes, surgindo em primeiro lugar a contextualização histórica sobre o período em questão, a qual é seguida de um enquadramento teórico onde são analisados os vários conceitos necessários para uma melhor interpretação deste estudo, e por fim, a análise das fontes históricas, a partir da qual são analisados os casos dos portugueses enviados para os EUA.

Portanto, como já referi, num primeiro momento é necessário fazer uma contextualização histórica, tanto sobre o período que antecede como do próprio período inserido na baliza cronológica. Num sentido mais internacional, é necessário explicar a Guerra Fria – a origem, as características, os atores e as divergências ideológicas vividas nesta conjuntura – e o seu impacto nas Relações Internacionais. A Guerra Fria tem sido um conflito bastante estudado e analisado pelos estudiosos devido às suas características peculiares, e toda esta curiosidade e admiração tem vindo a originar, desde o seu início, bastante bibliografia sobre o assunto, bibliografia essa que reflete diferentes teorias baseadas em diferentes interpretações de, não só diversos historiadores, como de estudiosos em geral. O estado-da-arte sobre este assunto torna-se assim, por si só, um desafio. Não obstante, após a leitura de várias obras – e a exclusão de algumas destas pelos motivos referidos já pelo autor –, restaram quatro obras que pela reputação das instituições editoriais e dos próprios autores refletem o afastamento objetivo dos estudiosos e a sua interpretação empírica das fontes históricas, resultando assim numa tentativa de alcançar uma maior “veracidade histórica”. A obra de John Lewis Gladdis intitulada *A Guerra Fria* e a obra *The Cambridge History of The Cold War* complementam-se no provisionamento de uma explicação completa e mais geral sobre a Guerra Fria através de uma narrativa acessível e bem delineada. A terceira obra escolhida intitula-se *The Origins of the Cold War* e oferece ao leitor, um aglomerado de teorias, reunidas e editadas por Thomas G. Paterson e Robert J. McMahon, sobre as causas e os acontecimentos que deram início à Guerra Fria. E por último, pela sua análise mais internacional da Guerra Fria, foi escolhida a obra *The Cold War: An International History* da autoria de David S. Painter.

Ainda na contextualização histórica, importa tratar da conjuntura interna e da política externa portuguesa para assim se conhecer os ideais do Governo de António de Oliveira Salazar, tanto a um nível mais nacional e geral, como a um nível mais particular, sobretudo relacionado com as políticas para com o envio de estudantes, técnicos e cientistas para o estrangeiro.

Relativo à conjuntura interna, sob o título de “Estado Novo”, o capítulo sob o mesmo assenta maioritariamente em três obras gerais sobre a História de Portugal. O *Dicionário de História do Estado Novo* de Fernando Rosas e Brandão J. M. Brito, a obra *História de Portugal, Sétimo Volume, Estado Novo (1926 – 1974)* da autoria de José Mattoso e a obra *História de Portugal, volume III* de A. H. Oliveira Marques. Juntando o texto corrido das obras de José Mattoso e de Oliveira Marques aos capítulos mais específicos e sucintos do

dicionário sobre o Estado Novo de Fernando Rosas e Brandão Brito, obteve-se um texto abreviado, ainda que preciso, tanto sobre o período do Estado Novo como dos regimes políticos anteriores, sem os quais seria impercetível a história e génese do regime ditatorial português.

Por sua vez, para a análise da política externa do Estado Novo foi analisado um artigo de Daniel Marcos, publicado no nº 28 no ano de 2010 da revista *Relações Internacionais*, intitulado “A política externa portuguesa do Ultimato à transição para a Democracia: uma perspetiva bibliográfica”. Tal como o nome indica, este artigo fornece ao leitor uma perspetiva daquilo que se tem vindo a escrever sobre o assunto, indicando no mesmo, algumas obras de referência para o estudo deste assunto. Desta feita, várias obras bibliográficas de referência foram usadas para a análise deste tema. Desde logo foi utilizado o capítulo com o título “Entre a África e a Europa: a política externa portuguesa 1890-1986”, escrito por Nuno Severiano Teixeira e inserido na obra *Portugal Contemporâneo* coordenada por António Costa Pinto, pela sua síntese, e no entanto completa, descrição da evolução da política externa portuguesa ao longo daqueles mais de cem anos. A obra coordenada por Fernando Martins com o título de *Diplomacia e Guerra: Política Externa e Política de Defesa em Portugal do final da Monarquia ao Marcelismo*, veio completar a obra de Costa Pinto anteriormente referida, através de uma descrição mais pormenorizada da evolução e dos acontecimentos da política externa portuguesa no século XX. Por sua vez, a obra organizada por José Brandão Brito e Fernando Rosas, sob o título *Salazar e o Salazarismo*, contém em si um capítulo intitulado “Oliveira Salazar e a Política Externa Portuguesa: 1932-1968”, que foi uma mais-valia para a compreensão dos traços mais particulares da política externa adotada por Salazar e, conseqüentemente, pelo Estado Novo.

As relações luso-americanas necessitavam também elas de uma explicação mais detalhada, de maneira a se compreender a evolução e os acontecimentos que marcaram as mesmas. Para tal, e tendo em vista uma análise genérica deste tema relativa ao período da monarquia em Portugal, a obra de José Calvet de Magalhães, *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*, foi a obra de referência escolhida. Para o estudo das relações luso-americanas ao longo da primeira república em Portugal, foi escolhido o capítulo escrito por Luís Nuno Rodrigues com o título “Portugal e os Estados Unidos durante a Primeira República” inserido na obra coordenada por Pedro Aires Oliveira e Filipe Ribeiro de Menezes, *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*. Para o estudo das relações entre Portugal e os EUA durante o

período histórico do Estado Novo foram utilizadas duas obras: em primeiro lugar, a obra da coordenação de Luís Nuno Rodrigues intitulada *Regimes e Impérios: As Relações Luso-Americanas no século XX*; e em segundo, a obra, também da autoria de Luís Nuno Rodrigues, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*. Ambas complementam-se e facultam ao leitor o desenrolar nas relações entre os dois países, identificando os altos e baixos e os avanços e recuos nestas relações tão particulares e únicas como foram as relações luso-americanas.

De seguida importa fazer um enquadramento teórico com o objetivo de esclarecer certos conceitos teóricos, tais como a diplomacia cultural e o *soft power*, e também com o objetivo de desenvolver assuntos como a importância da diplomacia cultural na Guerra Fria e a importância da cultura nas relações internacionais. É através de uma melhor compreensão dos conceitos e dos assuntos acima referidos, e através da transposição da sua teoria para a análise da documentação contida nos arquivos já referidos, que se aspira alcançar a conclusão pretendida com este estudo.

No caso do conceito de *soft power*, a bibliografia principal assenta nas obras *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power* e *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, ambas da autoria de Joseph Nye, criador do conceito, que nestas duas obras introduz ao leitor e ao campo das relações internacionais, o conceito de *soft power* como uma forma de fazer e executar política externa. Ainda assim, e tal como muitos conceitos “pouco maduros”, o conceito de *soft power* não foge às críticas de alguns estudiosos, e tão importante como conhecer e compreender um conceito é compreender as suas restrições, pelo que, a obra *Soft Power and US Foreign Policy: Theoretical, Historical and Contemporary Perspectives* apresenta ao estudioso e ao curioso as opiniões e até as limitações da teoria.

Por sua vez, a *Diplomacia Cultural* tem como bibliografia essencial a obra de Richard T. Arendt intitulada *The First Resort of Kings: American Cultural Diplomacy in the Twentieth Century*. Esta obra – e tal como se pode verificar pelo seu título –, fala muito abreviadamente sobre história da diplomacia cultural mas, como incide maioritariamente sobre o percurso e a inclusão da *diplomacia cultural* como um órgão oficial da política externa do Governo dos Estados Unidos da América, torna-se uma obra de real vantagem para a realização deste estudo em particular. O artigo da autoria de William Glade intitulado “Issues in the Genesis and Organization of Cultural Diplomacy: A Brief Critical History” vem complementar o livro de Arendt por ser não só um resumo, ainda que mais completo, do percurso histórico da *diplomacia cultural*, como também, por ser também ele uma análise direcionada no uso da “arma” da diplomacia cultural por parte do governo norte-americano. Para concluir o estado-

da-arte deste ramo diplomático, é necessário ainda referir a obra *Routledge Handbook of Public Diplomacy* pelas definições tanto de *diplomacia pública* como de *diplomacia cultural*, e também a obra *The Cultural Cold War in Western Europe 1945-1960* e o artigo – ainda que não muito recente –, intitulado “Cultural Diplomacy and the Exchange Programmes: 1938-1978” pelo contributo que ambas as publicações fornecem para a compreensão do tema mais concreto dos programas de intercâmbio cultural inseridos no ramo da *diplomacia cultural*.

Após a contextualização histórica e o enquadramento teórico, o estudo tem já as suas fundações edificadas, e torna-se assim possível analisar as fontes históricas documentais, mais concretamente a documentação contida no Arquivo Histórico Camões e no Arquivo Histórico Diplomático, com o intuito de se chegar à conclusão pretendida. Ainda assim, este capítulo reveste-se de objetivos próprios, sem os quais não seria possível chegar a uma conclusão satisfatória. É necessário, neste momento, compreender quais os objetivos dos intercâmbios, quais os campos de estudo a que se destinavam estas viagens para os EUA, qual a sua frequência, e qual o retorno que os bolseiros e os equiparados a bolseiros traziam para Portugal.

No entanto, torna-se também necessário referir que no início o objeto de estudo proposto incidia no estudo dos intercâmbios, tanto de portugueses com destino aos EUA como vice-versa, entre o ano de 1945 e o ano de 1960. Vários impedimentos fizeram com que tal não fosse possível. A primeira barreira ergueu-se desde logo na tarefa encontrar os nomes, tanto dos portugueses que viajaram para os EUA, como dos norte-americanos que viajaram para Portugal neste contexto. Não havendo uma lista e não estando a documentação sobre o assunto organizada, o autor teve que, num primeiro momento, explorar os arquivos históricos mencionados. Uma visita ao Arquivo Histórico Diplomático forneceu alguns nomes de portugueses que teriam sido enviados para os EUA nos anos 50. Apesar disso, a documentação contida nessas mesmas pastas não continha informação suficiente para um estudo desta envergadura, sendo esta meramente informativa dos nomes e do destino para onde se deslocaram os portugueses.

O próximo passo para transpor a primeira barreira foi a deslocação ao Instituto Camões a fim de procurar no arquivo do Instituto para a Alta Cultura, os processos completos dos indivíduos que beneficiaram do intercâmbio entre Portugal e os Estados Unidos. Contudo, mais uma dificuldade se ergueu. O designado Arquivo Histórico Camões engloba a documentação de todas as instituições que precederam o Instituto Camões: a Junta de Educação Nacional (JEN) de 1929 a 1936, o Instituto para a Alta Cultura (IAC) de 1936 a

1952, o Instituto de Alta Cultura (IAC) de 1952 a 1976, o Instituto de Cultura Portuguesa (ICAP) de 1976 a 1980, o Instituto de Língua e Cultura Portuguesa (ICALP) de 1980 a 1992, o Instituto Camões (IC) de 1992 a 2012 e ainda o Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) e a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

O catálogo que contém toda a documentação do AHC encontra-se disponível online<sup>1</sup> sob a forma de um PDF com 576 páginas, o que facilita a pré-visualização da documentação ali existente. Porém, e apesar de todas as pastas de documentação se encontrarem no referido PDF, as cotas não seguem uma ordem lógica, seja esta cronológica ou temática e, na sua grande maioria, as pastas vêm descritas apenas com o título e não descrevem o que a documentação nelas contidas se refere. Ou seja, o leitor tem acesso a um PDF com cerca com 576 páginas, contendo cada uma cerca de 50 processos relativos aos vários institutos atrás numerados, sendo que muitas delas estão intituladas segundo os nomes próprios de todos aqueles que beneficiaram de bolsas desde o ano de 1939. Por conseguinte, no caso do presente estudo, e devido à desorganização do catálogo do Arquivo Histórico Camões, teria que ser feita uma pesquisa prévia a fim de se tomar conhecimento dos nomes dos bolseiros, uma vez que sem tal informação seria impossível encontrar e analisar os processos dos bolseiros no referido PDF.

A solução passou por examinar o PDF página a página e processo a processo. Uma solução ainda que morosa, necessária. Desta forma, elaborei uma lista com os processos que achei convenientes e que acreditei que me forneceriam as informações que necessitaria. Desta lista resultaram um total de 40 pastas do AHC contendo entre todas cerca de 4100 documentos. Entre as pastas escolhidas encontrava-se pastas que abordavam documentação sobre os mais diferentes temas, desde o *Instituto Nacional de Estatística*<sup>2</sup>, passando pela *Polícia de Investigação e Defesa do Estado 2º volume*<sup>3</sup>, até a *Troca de Bolseiros com os Estados Unidos da América do Norte*<sup>4</sup>.

Uma vez mais, encontraram-se grandes dificuldades em encontrar uma lista precisa dos bolseiros trocados entre Portugal e os EUA, uma vez que grande parte da informação encontrada sobre este assunto incidia apenas nos subsídios gastos pelo IAC e no número de bolseiros que partiram de Portugal para os Estados Unidos, sendo que os nomes dos mesmos não era mencionado em lado algum. A solução foi encontrada nas pastas intituladas *Actas da*

---

<sup>1</sup> [Http://www.instituto-camoes.pt/centro-recursos/arquivo-historico-camoes](http://www.instituto-camoes.pt/centro-recursos/arquivo-historico-camoes), acedido a 12 de Março de 2014;

<sup>2</sup> AHC, Pasta “Instituto Nacional de Estatística”, Cota 1420-9 / 1421-1 / 1421-2;

<sup>3</sup> AHC, Pasta “Polícia de Investigação e Defesa do Estado – 2º volume, Cota 0867-2;

<sup>4</sup> AHC, Pasta “Troca de bolseiros com os Estados Unidos da América do Norte, Cota 0270-15;

*Direção do IAC*<sup>5</sup>. As referidas atas encontram-se sob a forma de livros manuscritos e contém todos os assuntos tratados nas reuniões da direção do Instituto de Alta Cultura, onde eram reiteradas, mensalmente, todas as decisões referentes àquele Instituto. Divididas em diferentes secções, dentro da ordem de trabalhos encontrava-se também a secção *Fomento Cultural – Bolsas de Estudo Fora do País*, onde se pode encontrar o nome de todos os escolhidos para se deslocarem aos EUA para estudar ou para se especializarem.

Ainda assim, nem toda a informação que se pretendi obter foi conseguida nestas atas. Apenas consegui a referida informação nas atas produzidas enquanto o IAC foi Instituto para a Alta Cultura, ou seja, entre 1936 até 1952. Após a reformulação do Instituto para a Alta Cultura e da sua transformação em Instituto de Alta Cultura em 1952, as atas da direção do instituto passaram apenas a informar o nome dos indivíduos a quem eram fornecidas bolsas, não contendo qualquer informação adicional.

Desta forma, como a dissertação de mestrado tem limites de tempo, prazos apertados e por não haver um meio menos moroso de se conseguir saber aqueles que foram escolhidos para ir estagiar ou estudar para os Estados Unidos e vice-versa, o autor foi obrigado a encurtar a cronologia em análise e a delimitar o objeto de estudo. Havia de facto a possibilidade de se chegar aos processos individuais dos bolseiros portugueses que viajaram para os Estados Unidos e dos norte-americanos que viajaram para Portugal, mas teria que se passar por vários passos. Primeiro, teria que ser feito um levantamento de todos os nomes inseridos nas atas do Instituto de Alta Cultura na categoria do Fomento Cultural – Bolsa de Estudo Fora do País (que seriam em média 10 por sessão mensal). De seguida, teria que se analisar os processos de cada um dos indivíduos, que em média rondam os três, uma vez que cada processo poderia corresponder a uma bolsa dentro ou fora do país e até a representações em congressos em Portugal ou no estrangeiro, casos muito frequentes. Finalmente, teria que se perceber o destino das bolsas que lhes haviam sido concedidas. Assim sendo, a análise do intercâmbio cultural relativo à investigação e ao estudo entre Portugal e os Estados Unidos da América inseridos na baliza cronológica entre 1952 e 1960 é um estudo que requereria muito tempo e não é, por isso, ideal para ser investigado durante o curto espaço de tempo ao qual é dedicado uma dissertação de mestrado. Outra questão relevante que não permitiu atingir o objetivo proposto inicialmente está relacionada com a complicação de encontrar os nomes dos norte-americanos que vieram a Portugal estudar, investigar ou lecionar nas instituições portuguesas. Para tal, seria necessário um estudo complexo e bastante demoroso de todos os nomes de

---

<sup>5</sup> AHC, Pasta “Actas da Direção do IAC”, Cota 2651-1 / 2654-1 / 3278-1;

estrangeiros que vieram de facto a Portugal – assente também ele nas atas da direcção do Instituto – impossível de ser realizado no espaço de um ano. A melhor forma de se chegar a esses nomes seria mesmo a deslocação aos arquivos da Embaixada dos Estados Unidos da América em Lisboa e à documentação história outrora produzida pela mesma – documentação essa que se encontra nos Estados Unidos, fruto da política do governo norte-americano devido à política dos norte-americanos de enviar frequentemente toda a documentação produzida nas suas embaixadas os EUA –, uma vez que todos aqueles que se deslocariam a Portugal passariam pela referida embaixada. O levantamento dos nomes dos bolseiros foi portanto um processo demorado e durante o qual muitas barreiras tiveram que ser transpostas. Este estudo, que na presente data já se estende há mais de um ano, iniciou esse processo mas ficou-se pela análise relativa apenas aos anos entre 1945 e 1952 e apenas relativa aos portugueses que se deslocaram aos EUA.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

### 2.1 GUERRA FRIA

Caracterizada como um período que definiu a conjuntura internacional durante a segunda metade do século XX, a Guerra Fria, desde a sua génese tem preenchido inúmeras páginas de livros e artigos académicos. As repercussões e mudanças que acompanharam este período por todo o globo, tanto ao nível político e económico como ao nível social e cultural, mereceu-lhe a devida e relevante atenção de estudiosos das mais diferentes ciências. Com efeito, a extensa atenção e a vasta bibliografia derivada da mesma trouxe consigo diversas interpretações da Guerra Fria. Não obstante, não importa aqui analisar as várias tendências interpretativas sobre a Guerra Fria, mas sim fornecer uma breve explicação sobre a mesma, recorrendo a uma pequena amostra de bibliografia sobre esta e sobre a História do Século XX.

Apelidada de “Guerra Fria” em 1945, curiosamente por George Orwell, autor do livro *1984*, o termo foi acolhido e adotado pelos Historiadores nos finais daquela década<sup>6</sup>. A baliza temporal deste confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética inicia-se com o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e termina oficialmente em Dezembro de 1991 com a desintegração da União Soviética - ainda que o declínio dos soviéticos se tenha iniciado com a subida ao poder de Mikhail Gorbachev em Março de 1985, devido ao facto de este ter «herdado uma situação caracterizada pelo declínio da performance económica, pela crescente fossa entre a tecnologia soviética e a do ocidente, pela crescente desmoralização da população e pela política externa contra produtiva»<sup>7</sup>.

Como já referi, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota Alemã e Japonesa, a aliança formada entre os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a União Soviética, sucumbiu e originou uma nova luta pela supremacia económica, política e ideológica. Porém, esta disputa não teve uma só causa na sua génese, sendo que, os fundamentos que a geraram assentavam tanto em princípios ideológicos, como em princípios geopolíticos.

No que toca à divergência ideológica, vários autores recuam muito mais na História e apontam para o século XIX, mais concretamente para a década de 1840 – com a abertura da

---

<sup>6</sup> LEFFLER, Melvyn P. e WESTAD, Odd Arne, *The Cambridge History of the Cold War, Volume I: Origins*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008, pp 3;

<sup>7</sup> PAINTER, David S., *The Cold War: An International History*, London, Routledge, 1999, pp 104;

China e do Japão às influências e aos mercados ocidentais<sup>8</sup> -, e para a Revolução Bolchevique de 1917<sup>9</sup>, como as causas da origem da discordância entre a América Liberal baseada no pensamento de John Locke e o comunismo soviético apoiado na teoria de Karl Marx<sup>10</sup>. O primeiro, defensor da liberdade individual centrada na lei, na propriedade privada e na liberdade económica, e o segundo fundamentado pela tese – que acabaria por ser modificada e aplicada por Lenine –, de que o capitalismo sucumbiria numa revolução do proletariado sob a forma de um estado autoritário sem quaisquer liberdades sociais, políticas, económicas e culturais<sup>11</sup>. Contudo, a ideologia comunista tinha a seu favor o facto de as suas medidas económicas, ainda que de planificação central, se terem mostrado eficazes na luta contra o desemprego, antagonicamente ao que as democracias capitalistas haviam feito no período anterior à Guerra<sup>12</sup>. Devido a essa mesma circunstância, o comunismo e o socialismo viram o número de simpatizantes pela sua ideologia aumentar com o final da Segunda Grande Guerra.

Relativamente às causas geopolíticas, a Guerra Fria surge em parte devido ao “vazio” deixado na Europa, consequência da dissolução do nazismo não só na Alemanha mas como também em todos os países que haviam sido ocupados pela Alemanha Nazi durante a Segunda Guerra Mundial e que tinham agora a oportunidade de “renascer”. É todavia, necessário recuar ao período bélico ativo da 2ª GM para se compreenderem as divergências entre os EUA e a URSS. No flanco comunista, é necessário regredir a Agosto de 1939, altura em que Estaline e Hitler acordam um pacto de «não-agressão», que coloca sob a influência soviética não só partes da Finlândia, Polónia e Roménia, como ainda, a totalidade dos Estados Bálticos. Mais tarde, em Outubro de 1944, Estaline já de laços cortados com os nazis, acorda com Churchill que, em troca do domínio britânico na Grécia a URSS teria uma influência predominante na ocupação e recuperação da Roménia, da Bulgária e da Hungria. Por outro lado, em Fevereiro de 1945, na Conferência de Yalta, foi assinado entre o Presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt, o Primeiro-ministro britânico Winston Churchill e o líder soviético Joseph Estaline, um acordo que viria a dividir por aquelas três nações o território da derrotada Alemanha.

---

<sup>8</sup> ROWSTOW, Walt W., “The Offensive of the International Communist Movement”, in PATERSON, Thomas G. e McMAHON, Robert J., *The Origins of the Cold War*, Lexington, D. C. Heath, pp. 14;

<sup>9</sup> ENGERMAN, David C., “Ideology and the origins of the Cold War, 1917-1962”, in LEFFLER, Melvyn P. e WESTAD, Odd Arne, *The Cambridge History of the Cold War, Volume I: Origins*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008 pp. 20;

<sup>10</sup> *Ibidem*, pp. 22;

<sup>11</sup> GADDIS, John Lewis, *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, 2005, pp. 20;

<sup>12</sup> *Ibidem*, pp. 21;

Desta forma, em 1945, quando a Alemanha Nazi hasteia o pano branco, a URSS alastrou-se territorialmente em direção à Europa Central e, conseguiu ainda, “espalhar” a ideologia comunista e o subsequente estabelecimento de regimes comunistas em países da Europa Oriental que haviam estado anteriormente sob a alçada nazi e que, tinham agora, um «vácuo de autoridade» aproveitado pelos comunistas<sup>13</sup>. Tanto a URSS como o comunismo desbravavam terreno à vontade pelos escombros da Europa do pós-guerra.

Do outro lado do Atlântico, os Estados Unidos prestavam atenção aos acontecimentos. Juntamente com a Europa Ocidental começaram a ficar alarmados com o avanço comunista, já que os países europeus não tinham quaisquer capacidades de se defender militarmente e caso Estaline decidisse partir para a ocupação, a Europa submergiria num regime comunista ditatorial, despojada de todos os princípios liberais defendidos pelos norte-americanos.

Deste modo, à semelhança da Grã-Bretanha, os Estados Unidos da América ambicionavam por um pós-guerra caracterizado por um equilíbrio de forças e por uma proliferação dos princípios democráticos e da autodeterminação política. Assim nasceu a organização das Nações Unidas, uma organização mundial de segurança coletiva, garantindo a tentativa de manutenção da paz num mundo devastado pelos danos causados pela Guerra. Estaline, por sua vez, aspirava não só à sua segurança, como à segurança do seu regime, à segurança do seu país, à segurança da sua ideologia, e como também à ambição de uma Europa regida pelo ideal comunista<sup>14</sup>.

O resultado é um crescente turbilhão de desconfiança do qual até os líderes mais bem-intencionados e previdentes têm dificuldade em se desembaraçar onde as suspeitas se vão intensificando. Não houve ataques surpresa, nem declarações de guerra, nem mesmo o corte de relações diplomáticas. Existia, contudo, uma crescente sensação de insegurança ao mais alto nível em Washington, Londres e Moscovo, provocada pelos esforços que os aliados estavam a fazer durante aquele período para garantir a sua própria segurança depois da Segunda Guerra Mundial. Com a derrota dos seus inimigos, havia menos incentivos para que esses *antigos* aliados, como passaram a considerar-se, dominassem as suas ansiedades. Cada crise que surgia alimentava a seguinte e, conseqüentemente, a Europa dividida tornou-se uma realidade.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> PAINTER, David S., *The Cold War: An International History*, London, Routledge, 1999, pp. 17;

<sup>14</sup> GADDIS, John Lewis, *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, 2005, pp. 22;

<sup>15</sup> GADDIS, John Lewis, *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, 2005, pp. 38;

É neste período de Guerra Fria, marcado pela grande desconfiança vivida entre o bloco democrático e o bloco comunista, numa época em que o belicismo armado estava sempre ao virar da esquina e em que todas as ações poderiam originar reações armadas, que os Estados Unidos da América se viram para o uso de técnicas mais suaves e discretas de atração e diplomacia.

O *Soft Power* surge assim como uma “arma” na «guerra de propaganda»<sup>16</sup> envolta na conjuntura da Guerra Fria. Utilizada tanto pelos norte-americanos como pelos soviéticos com o objetivo de consolidar as respetivas áreas de influência ao nível internacional, ambas as potências vêm em todas as formas de intercâmbio cultural – desde exposições de arte e eventos desportivos até ao intercâmbio de professores e estudantes –, um meio para atingir o anteriormente referido objetivo.

A Guerra Fria torna-se então um assunto de extremo relevo para este estudo uma vez que é devido a esta conjuntura internacional que a diplomacia cultural começa a ser utilizada mais frequentemente como uma arma do Estado.

Passando ao objeto de estudo mais concreto, temos assim, uma conjuntura de Guerra Fria e dois regimes com princípios ideológicos bastante diferentes. De um lado o liberal governo norte-americano e do outro o regime ditatorial português, unidos na luta anticomunista que caracterizou o pólo liderado pelos Estados Unidos. Não obstante, o governo norte-americano opunha-se – tal como o faz ainda nos dias de hoje –, a todos os regimes políticos antiliberais, característica do Estado Novo.

Questiona-se assim se o governo dos Estados Unidos, apesar desta “convivência” com Portugal, teria ainda assim empreendido na luta contra o regime de Oliveira Salazar através do recurso ao *Soft Power* e à arma da Diplomacia Cultural? Teria o governo norte-americano o intento de, sob o pretexto da “aliança” anticomunista com Portugal, levar os portugueses para os Estados Unidos a fim de os colocar em contacto com uma sociedade livre e democrática? Teria o governo dos EUA o intuito de, ao mostrar-lhes a dita sociedade livre e democrática, fazer os portugueses que estagiaram e estudaram nos Estados Unidos questionar a falta de liberdade que viviam em Portugal? E seria esta uma estratégia sublime de os norte-americanos se infiltrarem nas defesas do Estado Novo e tentarem derrubar o regime em Portugal sem recorrerem às armas?

---

<sup>16</sup> SCHUMACHER, Frank, Recensão crítica de HIXSON, Walter L., *Parting the Curtain: Propaganda, Culture, and the Cold War, 1945-61*, in *H-Diplo* (Abril, 1998) [Consultado em Julho de 2014]. Disponível na WWW: <https://networks.h-net.org/node/28443/reviews/30084/schumacher-hixson-parting-curtain-propaganda-culture-and-cold-war-1945>;

## 2.2 ESTADO NOVO

Caracterizado como um regime totalitário de fundamentos associados ao catolicismo, ao antiliberalismo e ao corporativismo, o Estado Novo foi o regime político em vigor em Portugal durante 41 anos, abrangendo uma baliza cronológica que se inicia com a promulgação da Constituição de Abril de 1933, e que termina no famoso dia da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Devido à complexidade dos acontecimentos que tiveram lugar durante o período em que o Estado Novo vigorou como regime político em Portugal, tenham eles sido ao nível económico, político ou social, e também devido à extensão desse mesmo período, o capítulo que se segue não pretende, nem consegue ser, uma explicação detalhada dos eventos daquele período, restringindo-se a uma síntese e o traçar de uma linha geral daquilo que foi o Estado Novo, salientando os aspetos mais relevantes tendo em vista os objetivos deste trabalho.

### 2.2.1 Ditadura Militar: o berço do *Estado Novo* (1926-1933)

Com o intuito de ser mais correto e preciso, poder-se-á dizer que a ditadura em Portugal estava já em vigor desde o 28 de Maio de 1926<sup>17</sup>, data da intervenção militar que, por um lado, veio depor o governo liberal republicano e, por outro, veio dar origem a uma Ditadura Militar que «foi atravessado(a) por diversos (e contraditórios) projetos até à consolidação do autoritarismo no início dos anos 30, já sob a direção de Salazar.»<sup>18</sup>.

Assim, podemos afirmar que o Estado Novo em grande parte das suas características acaba por ser uma consequência direta da queda da primeira república portuguesa. No entanto, importa referir alguns acontecimentos que marcaram a Ditadura Militar – que também devido ao seu avultado número e complexidade não serão todos aqui referidos, nem serão todos aqui explicados ao pormenor –, e que contribuíram para o amadurecimento do Estado Novo.

---

<sup>17</sup> ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 315-319;

<sup>18</sup> COSTA PINTO, António (coord.), “Portugal no século XX: Introdução”, in *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000, pp. 20;

O período da ditadura militar foi predominado por uma «luta pela hegemonia» entre os «militares republicanos e seus apoiantes civis às direitas antiliberais (salazaristas e fascizantes)»<sup>19</sup>, sempre com o apoio de oficiais militares tanto de um lado como do outro. Houve no entanto um partido político, que pela ideologia que defendia e também pela estreita ligação que tinha com a Igreja, acabou por se tornar o centro das atenções neste período de elevada contestação política. De nome Centro Católico Português, este partido avançou imediatamente, juntamente com a Igreja, com o seu apoio à Ditadura Militar.

Então, em 1928, após o malogro desastroso de Sinel de Cordes aquando de uma tentativa de reorganização das finanças que contribuiu apenas para o aumento do *deficit* das contas portuguesas, Oliveira Salazar é convidado pelos militares para assumir essa mesma pasta das Finanças.

Ainda assim, e apesar do apoio político, a Ditadura Militar nunca conseguiu institucionalizar-se com sucesso ao longo do período da sua existência. Em Março de 1928, ao ser o único candidato, o General Óscar Carmona é eleito Presidente da República e, por sua vez, o general Vicente de Freitas – representante dos sectores mais liberais das chefias militares –, é nomeado para encabeçar o novo ministério. Este ministério parecia marcar uma viragem a fim de uma harmonização dentro do espectro republicano. Porém, em consequência de uma remodelação ministerial com a introdução de dois ministros de extrema-direita – Mário de Figueiredo na Justiça e Cordeiro Ramos na Instrução –, à qual se juntou a demissão de Vicente de Freitas e a entrada do general Ivens Ferraz como cabeça do ministério, a anterior referida harmonização tinha assim sido quebrada a favor da extrema-direita<sup>20</sup>.

Dando claramente continuação às políticas de Vicente de Freitas, Ivens Ferraz foi pressionado pelo «forte movimento das direitas»<sup>21</sup> e, previsivelmente, o seu governo é derrubado dando origem ao Governo liderado por Domingos de Oliveira e com claras afeições à Direita política. Aceite por Carmona em Janeiro de 1930, o governo de direita de Domingos de Oliveira abriu as portas e o caminho a Oliveira Salazar.

Após ter tomado posse da pasta das Finanças em 1928, Salazar e o êxito da sua política financeira – que prognosticava um balanço positivo nas contas portuguesas pela primeira vez em quinze anos –, tornaram-no no «salvador da Nação»<sup>22</sup>. Ganhando

---

<sup>19</sup> ROSAS, Fernando, “Da Ditadura Militar ao Estado Novo: a «longa marcha» de Salazar”, in MATTOSO, José (direção), *História de Portugal, Sétimo Volume, O Estado Novo (1926-1974)*, Círculo de Leitores, 1994, pp. 165;

<sup>20</sup> MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal, vol. III*, Lisboa, Palas Editores, 1986, pp 370;

<sup>21</sup> ROSAS, Fernando, “Da Ditadura Militar ao Estado Novo: a «longa marcha» de Salazar”, in MATTOSO, José (direção), *História de Portugal, Sétimo Volume, O Estado Novo (1926-1974)*, Círculo de Leitores, 1994, pp. 168;

<sup>22</sup> MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal, vol. III*, Lisboa, Palas Editores, 1986, pp. 371;

progressivamente a confiança das chefias militares, António de Oliveira Salazar vai também, devagar e subtilmente abordando, para além das finanças, os problemas políticos e militares nos seus discursos públicos<sup>23</sup>.

Sucede então a criação da União Nacional a 30 de Julho de 1930 com o propósito de apoiar e preparar a constitucionalização da Ditadura. Uma vez fundada e aliando-se ao crescente apoio a Salazar – não só das forças civis como também da banca, da Igreja, da grande maioria do exército, dos intelectuais de direita e de alguns Monárquicos –, a União Nacional começou lentamente a ganhar terreno e, em Julho de 1932 Domingos de Oliveira acaba por ceder a chefia do Governo a Oliveira Salazar.

Em 1932 surge, portanto, o primeiro governo liderado por António de Oliveira Salazar, formado maioritariamente por civis e criando as condições para a institucionalização de um Estado autoritário e corporativo, o que por sua vez, tornou possível em 1933, a promulgação de uma nova constituição que decretou Portugal uma «República unitária e corporativa»<sup>24</sup>.

### 2.2.2 O Estado Novo

A Constituição de 1933 veio, no seu geral, definir o sistema que iria definir o Estado Novo quer no campo ideológico quer no político-constitucional. Assente em cinco princípios fundamentais (a recusa do demoliberalismo, o nacionalismo corporativo, o Estado forte, o intervencionismo económico-social e o imperialismo colonial)<sup>25</sup>, a Constituição veio desta forma institucionalizar e legitimar este regime autoritário e corporativo.

A censura acentuou-se, a polícia política foi reorganizada e, em 1934, as primeiras eleições legislativas deram acesso a 90 deputados da União Nacional – único partido a propor deputados –, à Assembleia Nacional portuguesa. Em adição, deu-se em 1936 a criação de duas instituições de índole fascista<sup>26</sup>: a Mocidade Portuguesa (organização paramilitar da juventude portuguesa) e a Legião Portuguesa (organização miliciana paramilitar e

---

<sup>23</sup> *Ibidem*, pp. 372;

<sup>24</sup> COSTA PINTO, António (coord.), “Portugal no século XX: Introdução”, in *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000, pp. 25;

<sup>25</sup> ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão, “Constituição Política de 1933”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 198-205;

<sup>26</sup> COSTA PINTO, António (coord.), “Portugal no século XX: Introdução”, in *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000, pp. 27;

anticomunista de informação policial). É também nesse mesmo ano de 1936 que António de Oliveira Salazar começa a centralizar o poder do governo do Estado Novo em si próprio. A pasta da Guerra e a dos Negócios Estrangeiros juntam-se assim à das Finanças – já anteriormente tomada por Salazar –, e o chefe de governo vai assim “sofrendo” uma «conversão gradual de Primeiro-Ministro em ditador»<sup>27</sup>. O Estado Novo encontra-se assim neste período, firmemente estabelecido.

Até 1939 o Estado Novo não encontra quaisquer entraves, pelo menos com uma expressão que fosse significativa ao ponto de causar problemas sérios ao governo de Salazar. Nesse mesmo ano, com o início da Segunda Guerra Mundial, Salazar teve mesmo a benesse de a oposição ter concordado em «pôr termo a quaisquer atos subversivos até findarem as hostilidades»<sup>28</sup>. No contexto internacional – como veremos mais adiante –, a relação de Portugal e de Salazar com esta Guerra e com os seus intervenientes ganha uma complexidade deveras interessante, uma vez que, apesar de Portugal manter uma posição oficial de neutralidade, regista-se um claro jogo de proveitos por parte de Salazar, pendendo entre o “apoio” aos Aliados e ao Eixo conforme o mais conveniente para si e para o seu regime ao longo da evolução da Guerra.

De volta ao plano interno português, com o fim da Segunda Guerra Mundial a oposição ao Estado Novo retornou em força. Constituído desde 1943, o M.U.N.A.F. (Movimento de Unidade Nacional Antifascista) – e no mesmo registo também o M.U.D. (Movimento de Unidade Democrática) constituído em 1945 –, viram ambos o número de simpatizantes aumentar. A vitória dos Aliados em terreno Europeu naquele ano de 1945 veio também ela contribuir para a difusão da ideia de que o «triunfo das democracias»<sup>29</sup> iria ter consequências positivas a favor da deposição do Estado Novo ou que, pelo menos, iria obrigar o regime corporativo e autoritário a recuar em certas medidas repressivas. O Estado Novo enfrenta assim neste período sérios problemas ao nível interno, sendo clara uma desagregação e divisão interna do regime.

Em Setembro de 1945 a Assembleia Nacional é dissolvida e são anunciadas eleições “livres” para Novembro próximo. Durante as eleições a participação de outros grupos políticos foi permitida e durante o período de campanha para as ditas eleições foi até atenuada a censura à imprensa. Desta forma, Salazar consegue habilmente transmitir uma imagem ao

---

<sup>27</sup> MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Palas Editores, 1986, pp. 380;

<sup>28</sup> *Ibidem*, pp. 380;

<sup>29</sup> *Ibidem*, pp. 384;

público internacional que difundia a ideia da vivência de um ambiente consideravelmente menos repressivo em Portugal, o que agradava as potências democráticas mundiais.

No entanto, não demorou até a oposição perceber que teria sérias dificuldades em destituir o governo de Salazar do poder através das eleições num tão curto espaço de tempo. Foi requisitado então um adiamento das eleições que, após ter sido recusado por parte do governo levou ao retirar da oposição e, conseqüentemente – igualmente ao que havia sucedido nas eleições de 1934, 1938 e de 1942 –, foram somente propostos, e previsivelmente eleitos, candidatos da União Nacional<sup>30</sup>.

Porém, com o final da Segunda Guerra Mundial o Estado Novo tinha ganho o apoio internacional da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da América. Este facto viria a intensificar-se com o clima internacional que se fazia sentir proveniente da conjuntura da Guerra Fria e, Salazar toma assim proveito desse apoio e desse reconhecimento internacional tão valioso e aumenta de novo a repressão à oposição utilizando como pretexto o «perigo comunista» e contribuindo assim para o restabelecimento das forças do regime<sup>31</sup>.

Ainda no que toca ao assunto das eleições e de forma semelhante ao que sucedeu no anteriormente descrito ano de 1945, apesar da sempre presente oposição ao Estado Novo e também do sempre presente alívio da repressão à oposição durante o período de campanha eleitoral, a lei eleitoral manteve-se igual. A liberdade de voto não era garantida e o recenseamento era limitado, factos que levaram, frequentemente, os candidatos da oposição a desistir imediatamente antes dos atos eleitorais, deixando sempre o caminho livre para os representantes da União Nacional.

A partir de 1947, o Estado Novo, após a vitória contra as oposições e ultrapassando a sua primeira crise séria, fortalece a sua posição e inicia uma fase de grandes mudanças caracterizada por transformações na «economia, na sociedade, no regime e até nas oposições»<sup>32</sup>. Esta fase que terminaria em 1958 é fortemente marcada por uma «corrente reformista e modernizante dentro do regime»<sup>33</sup> apoiada pelos planos de fomento e pelos subsídios norte-americanos provenientes do Plano Marshall, por um clima interno e externo claramente anticomunista e pela aceitação internacional do regime ditatorial do Estado Novo,

---

<sup>30</sup> *Ibidem*, pp. 388;

<sup>31</sup> ROSAS, Fernando, “Sob os Ventos da Guerra: a primeira crise séria do Regime (1940-1949)”, in MATTOSO, José (direção), *História de Portugal, Sétimo Volume, O Estado Novo (1926-1974)*, Círculo de Leitores, 1994, pp. 402;

<sup>32</sup> ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão, “Estado Novo”, in *Dicionário de História do Estado Novo, vol. I*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 315-319;

<sup>33</sup> *Ibidem*, pp. 318;

em grande parte fruto da tensão internacional originária da Guerra Fria. No ano de 1951 foi até modificada a Constituição a fim de ser alterado o Ato Colonial de 1930, nitidamente numa tentativa de acalmar as crescentes críticas internacionais ao colonialismo sem pôr em causa a reputação e integração internacional que o regime de Salazar sentia neste período.

Saltando para os finais da década de 50, foi em 1958 que o Estado Novo se deparou com a sua segunda grande crise política. Assombrado por uma divisão dentro da União Nacional com origem num grupo de aderentes de uma ala mais liberal, Salazar encara também em 1958 um ataque externo ao seu regime. Tendo em vista as eleições presidenciais de 1958, a oposição de centro esquerda nomeia para seu candidato o General Humberto Delgado a fim de fazer frente ao Almirante Américo Tomás, nome que representava o Estado Novo. No início da corrida havia também um candidato oriundo da área comunista, Arlindo Vicente, que acabaria por renunciar e por anunciar o seu apoio à candidatura do General Humberto Delgado. O General causou furor entre as massas e muito rapidamente o carinho do povo português estava do seu lado e naturalmente contra o Estado Novo. Como era já comum na história do Estado Novo, estas eleições foram também elas realizadas sem quaisquer garantias de liberdade de voto. Não obstante, Delgado prossegue a sua luta até ao fim e, segundo os números oficiais, obtém mesmo assim, um quarto dos votos<sup>34</sup>.

Contudo, a intervenção de Humberto Delgado não termina uma vez finalizado o ato eleitoral. Os protestos anti-salazaristas e as «ondas de choque do terramoto delgadista prolongam-se até 1962»<sup>35</sup>, mergulhando assim o regime numa crise da qual não haveria de recuperar mais. As tentativas de golpes contra o regime – tal como a tentativa de golpe de estado liderada pelo General Botelho Moniz, Ministro da Defesa, em Abril de 1961; o início da Guerra Colonial em Angola no ano de 1961; as invasões do exército indiano às possessões portuguesas na Índia nos finais de 1961; a rebelião militar com origem em Beja a Janeiro de 1962; e o movimento estudantil de 1962 –, são exemplos da revolta que se fazia sentir contra o Estado Novo de Salazar nos finais da década de 50 e no início da década de 60.

Como já referi, o Estado Novo nunca viria a recuperar totalmente destes ataques e foi, até à revolução de Abril de 1974, um regime dividido internamente, uma ditadura anacrónica, um regime isolado internacionalmente devido à Guerra Colonial que se iniciou em 1961 e se prolongou até à queda do mesmo em 1974, e um regime constantemente atacado por uma oposição em evidente crescimento. Nem com a transição da chefia do Estado Novo para

---

<sup>34</sup> MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Palas Editores, 1986, pp. 397;

<sup>35</sup> ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão, “Estado Novo”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 315-319;

Marcelo Caetano a situação se modificou. Apesar das suas reformas aplicadas no regime e do crescimento económico português em 1969, as medidas tomadas relativamente à questão colonial eram nada mais do que uma continuação do legado de Salazar, pelo que o Estado Novo não resistiu.

Vítima de uma «conspiração político-militar»<sup>36</sup>, o regime acabaria por sucumbir mediante a revolta que juntou intervenientes de todos “cantos” da sociedade portuguesa e internacional e que acabaria por dar origem à Revolução popular e militar do dia 25 de Abril de 1974.

## **2.3 A POLÍTICA EXTERNA DO ESTADO NOVO**

**«Somos sobretudo uma potência atlântica, presos pela Natureza à Espanha, política e economicamente debruçados sobre o mar e as colónias, antigas descobertas e conquistas.»**

**António Oliveira Salazar<sup>37</sup>**

Tendo-se formado as suas fronteiras no século XII, Portugal é um país com uma já longa História. Por essa mesma razão e tendo em vista um limite de páginas que tem que ser necessariamente respeitado, este capítulo irá focar-se maioritariamente na política externa portuguesa para o período abrangido pela baliza cronológica deste estudo. Não obstante, vai ser dada uma breve descrição da evolução da política externa de Portugal delineando de uma forma geral as características basilares da mesma, uma vez que sem o conhecimento do seu passado seria impossível compreender o período sobre o qual se debruça esta tese.

### **2.3.1 Uma perspetiva global**

Situado na Península Ibérica, com apenas uma fronteira terrestre a Este e a Norte e com o Oceano Atlântico a banhar a sua costa a Oeste e Sul, Portugal, desde que principiou a definição das suas fronteiras que ocupa um pequeno espaço no extremo ocidental da referida

---

<sup>36</sup> *Ibidem*, pp. 319;

<sup>37</sup> SALAZAR, António Oliveira, *Discursos e Notas Políticas*, vol. II, Coimbra Editora, pp. 79;

península e, desde esse mesmo início que a sua política externa se molda, em termos gerais, de acordo com a sua situação geográfica.

«País europeu, Portugal é também um país atlântico»<sup>38</sup>. Esta citação de Nuno Severiano Teixeira descreve, sucinta e objetivamente, a situação geográfica portuguesa que acabou por condicionar a política externa portuguesa até aos nossos dias. Sempre com vista a um equilíbrio entre a Europa e o Atlântico, a política externa portuguesa articula-se, grosso modo, em quatro pontos fundamentais: «a aliança com a Grã-Bretanha, a relação com os Estados Unidos, a vocação colonial e a dualidade peninsular.»<sup>39</sup>

Assim, assinada no século XIV, a Aliança Luso-Britânica dominou a política externa portuguesa até ao século XX. Quer tenha sido no período das invasões francesas em Portugal, quer aquando do *Ultimatum* inglês de 1890, a velha Aliança entrou muitas vezes em ação ao longo da história portuguesa. Consequência de questões diferentes – no primeiro, a presença forçada dos britânicos em Portugal por motivos militares e políticos, e na segunda por ter havido uma tentativa por parte de Portugal de se tornar menos dependente da Grã-Bretanha e mais virada para recém-unificada Alemanha –, de uma forma forçada ou voluntária, Portugal viu a sua política externa ao longo dos séculos a ser moldada pela Grã-Bretanha ao abrigo da Aliança assinada entre ambos.

É com a Conferência de Berlim de 1885 que, de acordo com Nuno Severiano Teixeira, se dá início à «vocação colonial» africana. O fruto dessa mesma Conferência são as convenções luso-francesa e a luso-alemã, ambas assinadas em 1886, e que, de acordo com os princípios inscritos nas mesmas, obrigam à divisão do continente Africano, delineando assim os limites das colónias dos vários países e, obrigando também assim Portugal a ocupar os territórios sob o princípio de “ocupação efetiva” ao abrigo do Direito Internacional para a regulação das questões coloniais.

Já na primeira década do século XX – os últimos anos da Monarquia Constitucional portuguesa –, o rei D. Carlos I realizou frequentemente visitas de Estado às várias potências europeias, o que aproximou Portugal do continente Europeu. No entanto, não demorou muito até a situação de aceitação europeia retroceder na sua evolução. Com o regicídio de D. Carlos

---

<sup>38</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Entre a África e a Europa: a política externa portuguesa 1890-1986”, in COSTA PINTO, António (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000, pp. 61;

<sup>39</sup> MARCOS, Daniel, “A política externa portuguesa do Ultimato à transição para a Democracia: uma perspectiva bibliográfica”, in *Relações Internacionais*, Lisboa, nº 28, 2010, pp. 139-155;

I em 1908, toda esta crescente simpatia para com Portugal esvaneceu-se com a consequente queda da Monarquia em 1910 e com a também consequente implantação da I República<sup>40</sup>.

Desta forma, o reconhecimento oficial da recém-nascida República portuguesa decorreu lentamente e, segundo Nuno Severiano Teixeira, deu-se em três fases distintas: em primeiro lugar, o reconhecimento das Repúblicas sul americanas do Brasil e da Argentina; em segundo lugar, o reconhecimento da República dos Estados Unidos da América e da República Francesa; e por último, o reconhecimento por parte da Monarquia Inglesa e das restantes grandes monarquias europeias<sup>41</sup>.

A I República portuguesa enfrentou assim uma série de barreiras impostas tanto pela “frente” Atlântica como pela “frente” ibérica. Por um lado, o isolamento internacional como consequência de um tardio reconhecimento por parte da Monarquia Inglesa e, por outro, o «perigo espanhol»<sup>42</sup> que entra em cena não só através do apoio espanhol à oposição monárquica portuguesa, como também, pelo receio de Espanha se tornar então no aliado preferencial da Grã-Bretanha na Península Ibérica, bem como pelas pulsões anexionistas em certos círculos da corte de Afonso XIII.

Deste modo, a posterior entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial reflete um país em manifesta necessidade de afirmação internacional. Explicada através de duas teorias que, de certa forma se complementam, a entrada de Portugal nesta Guerra deve-se em primeiro lugar, à necessidade que Portugal tinha de assegurar e salvar as suas colónias sujeitas já a interesses alemães durante aquele período, e em segundo lugar, à também necessidade de afastar o já mencionado «perigo espanhol» e desta forma assegurar um lugar no palco europeu<sup>43</sup>. Nuno Severiano Teixeira adianta ainda uma terceira tese que se junta às duas anteriores, e que diz diretamente respeito às dificuldades da “jovem” República em se consolidar interna e externamente: «Só uma ameaça externa e uma intervenção militar no plano central, com os grandes e entre os grandes, poderia justificar a unidade nacional em torno do regime e conquistar não só os objetivos externos, mas ao mesmo tempo, a consolidação e a legitimidade democrática para a República»<sup>44</sup>. Partindo assim da junção de uma questão interna e de dois pontos de pressão externa, Portugal entra oficialmente na

---

<sup>40</sup> *Ibidem*;

<sup>41</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Entre a África e a Europa: a política externa portuguesa 1890-1986”, in COSTA PINTO, António (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000, pp. 71;

<sup>42</sup> MARCOS, Daniel, “A política externa portuguesa do Ultimato à transição para a Democracia: uma perspectiva bibliográfica”, in *Relações Internacionais*, Lisboa, nº 28, 2010, pp. 139-155;

<sup>43</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Entre a África e a Europa: a política externa portuguesa 1890-1986”, in COSTA PINTO, António (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000, pp. 74-75;

<sup>44</sup> *Ibidem*, pp. 75;

Guerra a 9 de Março de 1916 sob o resguardo da Aliança luso-britânica e, naturalmente, do lado dos Aliados.

Uma vez terminada a Guerra, em 1919 é assinado o Tratado de Versalhes. E é com o cessar da Guerra que emerge um novo equilíbrio mundial a partir do qual Portugal e a Península Ibérica começam a captar a atenção da emergente Alemanha, principalmente, devido ao valor geoestratégico da Península e também, no caso de Portugal, devido ao crescente interesse pelos Açores e ao facto de este ser, naquele período, «detentor de um dos mais vastos espaços coloniais europeus»<sup>45</sup>. Não obstante, no quadro final dos resultados – e apesar de com o final da Guerra ter sido exposta a fraqueza e as limitações portuguesas em termos de recursos técnicos e humanos –, Portugal consegue ainda realizar um dos seus objetivos proposto aquando da sua entrada na guerra: apesar do aumento do interesse internacional das colónias portuguesas, Portugal consegue mantê-las sob a sua custódia. No entanto, relativamente à tentativa de conseguir um lugar junto das grandes nações do mundo, Portugal não teve semelhante sucesso. Deparado com graves fissões internas, com profundos problemas financeiros e económicos e apesar da sua entrada na Sociedade das Nações em 1919, Portugal não consegue o apoio internacional suficiente para resolver os seus problemas internos e a república democrática entra assim num ponto de não retorno.

Conforme visto no capítulo anterior, a 28 de Maio de 1926 assiste-se a uma mudança na conjuntura interna portuguesa. Derrubando a I República, a Ditadura Militar ergue-se nesta data no plano político português. Não obstante a drástica mudança política ao nível interno, a Ditadura manteve, grosso modo, a mesma linha de ação da República no que toca à política externa, em grande parte devido aos problemas económicos e políticos que herdou da República. Em voga nas políticas de ação externas portuguesas continuava o projeto colonial, a sempre presente Aliança com a Inglaterra e agora também a recente alteração em direção a um novo campo de ação, fruto da presença portuguesa na Liga das Nações.

Efetivamente é apenas com o Estado Novo já totalmente implementado e em funcionamento que se veriam mudanças significativas na política externa portuguesa. Contudo, António de Oliveira Salazar – Presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo desde o ano de 1932 –, só em 1935 é que esclarece em forma de nota oficiosa as diretrizes da política externa que o regime do Estado Novo iria adotar. O não envolvimento nas questões continentais europeias, a manutenção da aliança luso-britânica, a defesa constante do

---

<sup>45</sup> FARINHA, Luís, “Política Externa e Política de Defesa: do Sidonismo à Ditadura Militar”, in MARTINS, Fernando (ed.), *Diplomacia & Guerra: Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo*, Lisboa, Edições Colibri e CIDEHUS-UE, 2001, pp. 85;

património colonial português e a amizade com Espanha são os quatro pontos fundamentais que a política externa portuguesa iria seguir, pelo menos até ao final da Segunda Guerra Mundial, altura em que a conjuntura internacional sofre alterações profundas, obrigando o Estado Novo e Salazar a modificar as suas linhas de ação<sup>46</sup>.

### 2.3.2 A política externa no Estado Novo

Definido atrás tanto o plano como as linhas gerais de ação da política externa portuguesa, torna-se necessário um aprofundamento – não muito complexo – da política externa ao longo do período do Estado Novo. É através de uma divisão cronológica desse mesmo período que a análise à política externa daquele regime vai ser traçada. As razões para tal método de análise incidem no facto de que, uma vez que a conjuntura internacional se encontrava em constante mudança, Salazar foi obrigado a focar a sua política externa em matérias mais particulares dependendo daquilo que a referida conjuntura “requisitava” do seu regime.

O primeiro período compreende uma baliza temporal que se inicia em 1931 ou 32<sup>47</sup>, termina em 1939 e tem como principal foco a Espanha. O perigo revolucionário vivido desde o início da segunda república espanhola em 1931, reforçado com a Guerra Civil naquele país que teve início em 1936, e o receio de uma vitória esquerdista no país vizinho, faz com que todas as atenções de Salazar estejam viradas para o lado de lá da sua fronteira terrestre. Ao longo de toda a Guerra Civil de Espanha, a política externa de Salazar assenta numa duplicidade entre a manutenção e o respeito pela Aliança luso-britânica (através da satisfação dos pedidos de Inglaterra de fiscalizar as fronteiras portuguesas e da participação na Comissão de Não-Intervenção na Guerra Civil de Espanha, realizada em Londres), e entre o apoio logístico, económico, material e de recursos humanos que forneceu, *off the record*, aos nacionalistas espanhóis. Foi então, com o fim da Guerra Civil, que todas as condições para a criação de uma união pacífica da Península Ibérica foram criadas e, em Março de 1939, foi assinado entre os dois países ibéricos o Tratado Luso-Espanhol de Amizade e Não-Agressão, também conhecido por Pacto Ibérico.

---

<sup>46</sup> OLIVEIRA, César, “Oliveira Salazar e a Política Externa Portuguesa: 1932-1968”, in ROSAS, Fernando e BRITO, José M. Brandão (organizadores), *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, pp.74-75;

<sup>47</sup> César Oliveira aponta o ano de 1932 para o início do 1º período porquanto que Nuno Severiano Teixeira indica o ano de 1931 como o início desse mesmo período;

O período seguinte, de seu início em 1939 e seu término em 1945, abrange toda a Segunda Guerra Mundial. Ainda assim, este período da política externa portuguesa poderia ser também ele dividido em duas partes. Num primeiro momento – mais uma vez centrado na vizinha Espanha –, Portugal vai direcionar todos os seus esforços no sentido de garantir a neutralidade da Península Ibérica no conflito mundial. Devastada pela Guerra Civil, a Espanha torna-se alvo de preocupações por parte de Salazar. Receando a entrada da Espanha na Segunda Guerra Mundial do lado do Eixo e, receando também todas as consequências negativas que tal ação traria para o pequeno Portugal, Salazar e a determinação diplomática de Lisboa levaram a que o país vizinho abandonasse a não-beligerância em 1943, restituindo assim, a neutralidade à Península Ibérica. Garantida essa neutralidade, dá-se início à segunda parte deste período, marcada pelas negociações com as potências atlânticas (Estados Unidos da América e Inglaterra) relativamente à cedência de facilidades a fim da instalação de bases das potências aliadas no território dos Açores, e pela consequente aproximação de Portugal às potências democráticas ocidentais, mais concretamente, os EUA.

O terceiro período encontra-se já na baliza cronológica abrangida por este estudo e tem o seu início em 1945 e o seu fim no ano de 1955, e começa numa altura em que o mundo renasce da Segunda Guerra Mundial com um novo equilíbrio de poderes. A Alemanha e o Japão deixam praticamente de existir ao nível internacional e a hegemonia no sistema internacional – até então predominantemente inglesa –, é transferida para os Estados Unidos da América e para a URSS, os dois estados vitoriosos emergentes da Guerra. Assiste-se também, no pós-guerra, a uma vaga de democratizações e também a uma vaga de descolonização, ambas fomentadas pela criação das Nações Unidas, organização internacional com o objetivo de facilitar a cooperação internacional entre os diversos estados.

Desta forma, Salazar, e consequentemente Portugal, deparam-se após o término da Segunda Guerra Mundial, com um mundo que, na sua maioria, se rege por princípios ideologicamente opostos aos seus. Presidente do Conselho de Ministros de um regime de fundamentos antidemocráticos e antiliberais, Salazar, o seu regime, e por arrasto, também a política externa portuguesa enfrentam até 1949 sérias dificuldades em se situarem e definirem na nova conjuntura internacional<sup>48</sup>, o que, tem como resultado a marginalização internacional de Portugal nesse período. Provas dessa mesma marginalização assentam em acontecimentos diversos: em primeiro lugar, o facto de Portugal não ser membro fundador da Organização das

---

<sup>48</sup> OLIVEIRA, César, “Oliveira Salazar e a Política Externa Portuguesa: 1932-1968”, in ROSAS, Fernando e BRITO, José M. Brandão (organizadores), *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, pp. 85;

Nações Unidas tal como havia sido da Liga das Nações, organização idêntica criada após a Primeira Guerra Mundial; em segundo lugar, pelo facto de a entrada nessa mesma Organização das Nações Unidas ter sido vetada em 1946 pela URSS; e por último, pelo facto de Portugal, em 1947, ter negado a assistência económica norte-americana fornecida através do Plano Marshall, ainda que mais tarde, devido a problemas económicos provenientes da conjuntura do pós-guerra, o Estado Novo tenha aceite, relutantemente, a assistência dos planos de fomentos norte-americanos.

Porém, já no ano de 1948, consequência da conjugação de fatores externos e internos, a política externa portuguesa abre as portas à Europa e aos Estados Unidos. Causadora de uma radical mudança no panorama internacional, a conjuntura da Guerra Fria – então firmemente instalada –, aliada aos problemas financeiros e cambiais portugueses, foram as causas da mudança no comportamento português<sup>49</sup>. Em Fevereiro de 1948, Portugal assina um acordo bilateral de cooperação militar com os Estados Unidos da América. Nesse mesmo ano, Portugal candidata-se ao segundo exercício do Plano Marshall e integra na Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE). E em 1949, Portugal é convidado a fazer parte do sistema de segurança atlântico junto das principais potências ocidentais, e assina em Abril desse mesmo ano o Tratado do Atlântico Norte, ingressando assim na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN / NATO).

No período de 1948 a 1955 a política externa portuguesa está claramente mais aberta internacionalmente, podendo ser considerado «um dos períodos mais favoráveis da política externa do Estado Novo, que só a entrada na O.N.U., em 1955, virá (ia) encerrar»<sup>50</sup>.

O quarto período inicia-se com a adesão à O.N.U. e estende-se até 1961. É com a referida adesão à O.N.U. que Portugal viu “o princípio da contestação internacional à política colonial do regime”<sup>51</sup>. Passando já por “um mau bocado”, a política externa portuguesa inicia um período de grandes dificuldades aquando da sua adesão à O.N.U e a partir do qual já não voltaria a recuperar.

O quinto e último período é contemporâneo da Guerra Colonial que Portugal travou em África e vem piorar esta situação precária e isolada em que Portugal se encontrava ao nível internacional. Até ao fim do Estado Novo em 1974, «acentua-se o isolamento e a hostilidade internacional (ao regime) (...) e a questão colonial torna-se a preocupação quase

---

<sup>49</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Entre a África e a Europa: a política externa portuguesa 1890-1986”, in COSTA PINTO, António (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000, pp. 82-83;

<sup>50</sup> *Ibidem*, pp. 85;

<sup>51</sup> *Ibidem*, pp. 85;

exclusiva da política externa portuguesa»<sup>52</sup>. A batalha ideológica anticolonial que Portugal vinha enfrentando na segunda metade da década de 50 agravava-se exponencialmente com o início da Guerra Colonial em 1961, altura em que Salazar se viu obrigado a enfrentar revoltas tanto nas colónias africanas como nas indianas que se estenderam e se tornaram numa Guerra que durou por mais treze anos e que veio ditar o fado do Estado Novo criado por Salazar 41 anos antes.

## 2.4 AS RELAÇÕES LUSO-AMERICANAS

Após a análise da política externa portuguesa, importa, para uma compreensão mais específica daquilo que foram as relações entre Portugal e os Estados Unidos da América – e tal como tem vindo a ser feito ao longo da contextualização histórica deste estudo –, efetuar uma análise das relações luso-americanas tendo como base um compêndio de estudos anteriormente realizados sobre este assunto.

Por uma questão de organização, este capítulo será dividido de acordo com os períodos políticos portugueses ao longo da história do país. Iniciando-se com a génese da história dos Estados Unidos da América como país independente em 1776, este capítulo vai seguindo as relações luso-americanas desde a monarquia portuguesa até à queda do Estado Novo. Não vai ser aqui efetuado um relato pormenorizado das relações bilaterais entre Portugal e os Estados Unidos, mas antes uma descrição geral das mesmas até à implantação da Primeira República em Portugal, seguida de uma análise mais completa desde o ano de 1910 (implantação da Primeira República em Portugal), até 1974 (altura em que é deposto o regime político do Estado Novo em Portugal).

Como referi já anteriormente, a política externa portuguesa viveu sempre na sombra da Aliança luso-britânica. Deste modo, as relações entre Portugal e os EUA ao longo do percurso histórico desse país, desde a sua fundação em 1776, viveram sempre nessa sombra e de certa forma, todas as decisões tomadas foram em conformidade com a margem de manobra que os governantes portugueses – tanto a família real como, durante o século XIX, a monarquia constitucional –, tinham à sua disposição de maneira a não por em causa a velha Aliança.

---

<sup>52</sup> *Ibidem*, pp. 87;

Assim sendo, ainda antes de ser um país independente, e não obstante a pressão britânica, o Governo de Lisboa conseguiu manter-se neutro aquando do conflito entre a Grã-Bretanha e a suas colónias na América do Norte e no dia 15 de Fevereiro de 1783 tornou-se um dos primeiros governos a reconhecer a independência dos Estados Unidos da América, ainda antes da mesma ter sido oficializada através do Tratado de Paris assinado 3 de Setembro desse mesmo ano<sup>53</sup>.

Desde logo, em 1786 Portugal e os EUA iniciaram conversações a fim de assinarem entre ambos um acordo de amizade e comércio. Apesar de não ter chegado efetivamente a ser assinado por qualquer representante português, as negociações para o dito acordo demonstram desde logo, tal como é afirmado por Calvet de Magalhães, a «disposição favorável» e os «laços de cooperação»<sup>54</sup> revelados entre os dois governos.

Ao nível da representação diplomática entre ambos os países, só em 1791 é que esta foi oficializada. Após alguns reveses nas negociações, e «sabendo que a questão nunca poderia ser facilmente resolvida por negociação»<sup>55</sup>, Luiz Pinto de Sousa, então secretário de Estado dos Negócios estrangeiros do reino de Portugal, decide enviar para o outro lado do Atlântico Cipriano Ribeiro Freire – sob o estatuto de ministro residente nos Estados Unidos –, sem o conhecimento do governo norte-americano. Cedendo não só à jogada e à pressão diplomática de Pinto de Sousa mas também aos conselhos de David Humphreys – na altura destacado em Portugal numa missão de negociação da questão da troca de representantes diplomáticos entre Portugal e os EUA –, o governo dos Estados Unidos nomeia o próprio Humphreys como ministro representante daquele país em Portugal. Desta forma, no dia 21 de Fevereiro de 1791, as relações entre os dois países estreitam-se, havendo a partir de então representação diplomática oficial portuguesa nos Estados Unidos e vice-versa.

As relações entre Portugal e os Estados Unidos ao longo do século XIX e nos inícios do século XX (até à queda da Monarquia em Portugal em 1910), não fogem à descrição do diplomata e historiador português Calvet de Magalhães, quando este afirma que:

«A imagem pouco favorável de Portugal nos meios políticos e culturais americanos e no próprio público americano em geral (...), devido à sua decadência política, atraso económico e constante instabilidade governamental, aliada à tradicional relutância dos Estados Unidos em se envolverem nos assuntos europeus contribuiu certamente para que os políticos de Washington não vissem com

---

<sup>53</sup> MAGALHÃES, José Calvet de, *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1991, pp. 11;

<sup>54</sup> *Ibidem*, pp. 35;

<sup>55</sup> *Ibidem*, pp. 50;

clareza, ou sequer com interesse, as potencialidades políticas e comerciais de uma aproximação construtiva e duradoura com a monarquia portuguesa.»<sup>56</sup>

No dia 5 de Outubro de 1910 foi proclamada a República em Portugal mas, foi só a 19 de Junho de 1911 que os Estados Unidos da América reconheceram oficialmente o regime que veio destronar a Monarquia portuguesa. Ainda que o atraso do reconhecimento da República portuguesa por parte dos norte-americanos possa ter sido uma grande surpresa para o Governo português, os EUA foram das primeiras potências ocidentais a reconhecer oficialmente a república portuguesa, reconhecendo-a no imediato encerramento da sessão inaugural da Assembleia Constituinte portuguesa no dia 19 de Junho de 1911.

Importa aqui referir que este atraso por parte dos Estados Unidos não reflete qualquer dificuldade nas relações luso-americanas, uma vez que «as relações entre Portugal e os Estados Unidos atravessavam um excelente período»<sup>57</sup>. Exemplo disso são os seis acordos – três comerciais e três relativos a arbitragem, naturalização e emigração –, assinados entre Portugal e os EUA no espaço de uma década, entre 1899 e 1910. Por conseguinte, o atraso do reconhecimento da república portuguesa por parte dos Estados Unidos – à semelhança do atraso demonstrado também pelas principais potências europeias –, não reflete uma relação periclitante entre ambos. Reflete sim, uma aproximação por parte dos norte-americanos à recém instaurada república portuguesa, já que, grande parte das potências europeias estavam com receio de a reconhecer oficialmente, escondendo-se e aguardando pela deliberação britânica<sup>58</sup>, deliberação e posição essa à qual os Estados Unidos da América se anteciparam.

Efetivamente, as banais e mundanas relações luso-americanas só vão começar a adquirir um relevo de maior importância com a Primeira Guerra Mundial. A razão desta mudança foi o arquipélago dos Açores.

O primeiro conflito bélico à escala mundial foi travado em território europeu e a entrada dos Estados Unidos nesta guerra no ano de 1917 veio reforçar a importância das ilhas portuguesas situadas em pleno Atlântico, uma vez que estas facilitariam as movimentações norte-americanas para o continente Europeu e funcionariam como ponto de escala e reabastecimento das suas frotas. Os Açores tornavam-se assim o centro das relações luso-

---

<sup>56</sup> *Ibidem*, pp. 12;

<sup>57</sup> RODRIGUES, Luís Nuno, “Portugal e os Estados Unidos durante a Primeira República”, In MENESES, Filipe Ribeiro de, e OLIVEIRA, Pedro Aires (coords.), *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*, Tinta-da-china, Lisboa, 2011, pp. 208;

<sup>58</sup> FERREIRA, José Medeiros, “Portugal e os Estados Unidos nas duas Guerras Mundiais: a procura de um plano bilateral”, In RODRIGUES, Luís Nuno (coord.), *Regimes e Impérios: As Relações Luso-Americanas no século XX*, Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, Lisboa, 2006, pp. 17;

americanas, apesar de as facilidades fornecidas naquele arquipélago pelos portugueses aos EUA tenham funcionado na fase inicial da Segunda Guerra Mundial ainda ao abrigo da Aliança Luso-britânica<sup>59</sup>.

Porém, e uma vez terminada a Grande Guerra, os EUA rapidamente desmobilizaram todos os recursos que haviam sido canalizados para os Açores, pelo que as relações entre os dois países retornaram à “normalidade”. Mesmo com o derrube da primeira república portuguesa e a consequente instauração da Ditadura Militar a 26 de Maio de 1926, os EUA mantiveram uma posição defensiva relativa à situação política portuguesa e, apesar do melhoramento das relações comerciais entre os dois países, tanto por parte de Portugal como por parte dos Estados Unidos, não houve «qualquer desejo de perturbar a normalidade das relações diplomáticas entre os dois países»<sup>60</sup>

Foi somente na fase final da Segunda Guerra Mundial que se verificou, de facto, uma mudança e uma aproximação nas relações bilaterais entre Portugal e os Estados Unidos quando, em 1944, é assinado entre os dois governos um acordo relativo ao estabelecimento de bases aéreas e navais norte-americanas nos Açores. Este acordo, apesar das «complexas e morosas» conversações, veio iniciar um «processo de gradual integração de Portugal na esfera de influência americana»<sup>61</sup>. Acabaria também por fomentar não só a adesão portuguesa ao Plano Marshall em 1947, como também iria levar a que Portugal assinasse a convenção que veio criar a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) em 1947. A existência de uma base militar norte-americana nos Açores seria também a principal causa do convite a Portugal para ser membro fundador da NATO em 1949.

Assim sendo, apesar da reticente posição e da sempre presente desconfiança relativamente aos norte-americanos, António de Oliveira Salazar e o Estado Novo viveram um período (desde o final da Segunda Guerra Mundial até ao ano de 1961) de prósperas relações luso-americanas. Com efeito, a adesão à NATO, foi «mais um importante passo na aceitação internacional do regime e do seu alinhamento pelo Ocidente no cenário bipolar que caracterizava a guerra fria» e que eventualmente «abriu caminho para a assinatura em 1951 de dois acordos fundamentais que regulariam nas décadas seguintes o essencial das relações

---

<sup>59</sup> *Ibidem*, pp. 19;

<sup>60</sup> RODRIGUES, Luís Nuno, “Portugal e os Estados Unidos durante a Primeira República”, In MENESES, Filipe Ribeiro de, e OLIVEIRA, Pedro Aires (coords.), *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*, Tinta-da-china, Lisboa, 2011, pp. 216;

<sup>61</sup> RODRIGUES, Luís Nuno, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002, pp. 20 e 22;

bilaterais luso-americanas»<sup>62</sup>, como foi o caso do Acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa e ao Acordo de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos, assinados respetivamente a 5 de Janeiro de 1951 e a 6 de Setembro de 1951, que vieram oficializar o interesse mútuo entre Portugal e os Estados Unidos.

Contudo, em 1954, a relação bilateral entre Portugal e os Estados Unidos começa, inevitavelmente, a deteriorar-se. Com origem na questão colonial relativamente ao “Estado Português da Índia” e às pretensões da União Indiana em integrar esses territórios, as relações luso-americanas sofrem o seu primeiro revés. Consequência de Portugal ter procurado o apoio dos EUA na disputa diplomática com a Índia e desse mesmo apoio ter sido negado por parte dos norte-americanos, o Estado Novo começaria então a desconfiar da posição norte-americana relativamente ao colonialismo, facto que levou o ministro dos Negócios Estrangeiros português Paulo Cunha a referir que tal hesitação norte-americana teria, com toda a certeza, consequências prejudiciais nas relações luso-americanas, nomeadamente, ao nível da NATO e das bases açorianas<sup>63</sup>.

Mantendo-se na base das relações entre as duas nações desde o incidente na Índia, o ambiente de grande desconfiança que se vivia entre os dois governos trouxe sérias complicações para os norte-americanos relativamente à renovação do acordo de utilização da Base das Lajes. Não obstante, a dita situação, que foi “resolvida” com a assinatura de um novo acordo em Novembro de 1957 e com a visita do presidente norte-americano Dwight Eisenhower a Lisboa em 1960, não causou transtorno por demais nas relações bilaterais entre Portugal e os EUA. Pelo menos não como viria a causar a questão colonial na década de 1960.

Foi, portanto, com a tomada de posse de John F. Kennedy como Presidente dos Estados Unidos em 1961 e com a oficialização dos seus fortes ideais anticoloniais que tudo se modificou. Foi também com a tomada à força do navio *Santa Maria* por Henrique Galvão – antigo apoiante do Estado Novo e, na altura, presidente na Venezuela do Movimento Nacional Independente (MNI) –, com o apoio de Humberto Delgado, que as divergências nas relações luso-americanas iriam escalar. Ao longo deste episódio, dos vários pedidos de apoio por parte de Portugal aos Estados Unidos a fim de encontrar e perseguir o navio, apenas o terceiro foi de parecer positivo por parte dos aliados norte-americanos. Ainda assim, depressa voltaram atrás com a sua palavra, depois de terem tido conhecimento que aqueles que apossaram o navio se intitulavam opositores à ditadura vigente em Portugal, e rapidamente arranjaram

---

<sup>62</sup> *Ibidem*, pp. 23;

<sup>63</sup> *Ibidem*, pp. 28;

forma de tornar “não legítima” a sua perseguição àquele navio e de “abandonar” o apoio ao governo português<sup>64</sup>.

As relações luso-americanas atingem assim o seu pior momento no ano de 1961, maioritariamente devido aos ideais anticolonialistas norte-americanos, mas também devido, evidentemente, ao início da Guerra Colonial entre Portugal e os seus designados territórios ultramarinos. Não obstante, a partir de 1962, «verificou-se uma clara moderação no discurso anticolonialista dos Estados Unidos e uma evidente tentativa de conciliação com as exigências colocadas pelo Governo português para a renovação do acordo de utilização da Base das Lajes»<sup>65</sup>.

Daí até ao final do regime, a Guerra Colonial que Portugal travava nas suas colónias africanas foi sempre a maior razão de discordância entre os dois países<sup>66</sup>. De facto, nos inícios da Administração Johnson, Portugal foi vítima de variados entraves, nomeadamente a recusa de venda de armas aos portugueses por parte não só dos americanos, mas também dos italianos e canadianos cujas vendas foram vetadas em segredo juntos desses mesmos governos pelo Governo dos Estados Unidos da América.

Foi já em meados da década de 1960 que, com a vinda para Portugal no ano de 1966 de um novo embaixador norte-americano de nome Tapley Bennett, que se verificou uma amenização da política norte-americana para com Portugal. Surgindo sob a forma de um relatório do secretário de Bennett, Everett Briggs, a Administração Johnson começou a levantar a pressão do Estado Novo<sup>67</sup>, o que manteve um ambiente ameno nas relações luso-americanas até ao fim do regime em Portugal.

Em suma, as relações luso-americanas, durante o período em questão neste estudo, inserem-se numa fase na qual, após a Segunda Guerra Mundial, o mundo se encontrava em clara mudança e onde há uma transição da esfera de influência dos britânicos para os norte-americanos à qual Portugal também não escapou.

---

<sup>64</sup> Para maior pormenor ver RODRIGUES, Luís Nuno, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002, pp. 40;

<sup>65</sup> RODRIGUES, Luís Nuno, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002, pp. 322;

<sup>66</sup> RODRIGUES, Luís Nuno, “A Administração Johnson e a questão colonial portuguesa: o plano Anderson”, In RODRIGUES, Luís Nuno (coord.), *Regimes e Impérios: As Relações Luso-Americanas no século XX*, Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, Lisboa, 2006, pp. 101;

<sup>67</sup> Para os ideais defendidos pelo relatório e a mudança de posição da Administração Johnson, ver RODRIGUES, Luís Nuno, “A Administração Johnson e a questão colonial portuguesa: o plano Anderson”, In RODRIGUES, Luís Nuno (coord.), *Regimes e Impérios: As Relações Luso-Americanas no século XX*, Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, Lisboa, 2006, pp. 107-112;

Não obstante a integração de Portugal na esfera de influência dos EUA, havia ainda naquele período uma grande diferença entre o regime político vigente em Portugal e o regime norte-americano. O facto de serem respetivamente, um totalitário e outro democrático e liberal, trouxe consigo, naturalmente, algumas complicações nas relações entre as duas nações.

Ainda assim existe uma clara internacionalização do regime de Oliveira Salazar e uma aproximação deste ao governo norte-americano. Quer tivesse acontecido devido à evolução da conjuntura internacional ou devido às particularidades das conjunturas internas e dos interesses das duas nações, dois factos são inquestionáveis e vão definir dois momentos nas relações luso-americanas durante o período em análise neste estudo:

1. O primeiro tem início em 1946 e termina em 1954 e é marcado pela entrada de Portugal em organizações mundiais e europeias – facto esse que vai dotar o regime do Estado Novo de uma “aceitação” internacional;
2. O segundo, com início em 1954 e término em 1961, é caracterizado pelo “afastamento” entre as duas nações devido às divergências ideológicas coloniais entre os dois governos.

As relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos sofreram assim vários sucessos e vários reveses que se refletiram na aproximação e no distanciamento entre os dois governos. Tendo em conta essas aproximações e distanciamentos será que estas se refletem no intercâmbio cultural entre Portugal e os Estados Unidos da América? E mais especificamente, será que se refletem no número de bolsas oferecidas tanto a portugueses para irem estudar e estagiar para os EUA, como a norte-americanos para virem para Portugal com o mesmo fim?

### 3 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

#### 3.1 SOFT POWER

*Soft Power* é um conceito criado por Joseph Nye e utilizado pela primeira vez em 1990 no livro da sua autoria intitulado *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. Desde a data da sua publicação, este conceito tem sido amplamente difundido pelos estudiosos das Relações Internacionais.

O conceito de *Soft Power* vem opor-se ao já anteriormente conhecido conceito de *Hard Power*. Na sua definição original, o *Soft Power* é caracterizado, em oposição a *Hard Power*, como a capacidade de alguém utilizar o poder da atração e de medidas subtis com o intuito de atrair o outro a querer aquilo que o primeiro quer, ou seja, levar alguém, através do poder da atração, a desejar aquilo que o primeiro pretende.<sup>68</sup>

Mais pormenorizadamente, de acordo com a definição de Nye, o poder de um País pode ser exercido de várias formas e são essas diferentes formas de exercício de poder, juntamente com os tipos de recursos que são utilizados, que diferenciam o *Hard Power* do *Soft Power*. Do lado do *Hard Power* encontram-se formas de exercer o poder, tais como a ameaça e a persuasão através de recursos como a força militar, como o uso de coimas económicas e até de subornos. Do lado do *Soft Power* estão as formas de exercício de poder relacionadas com o poder de atração e com a capacidade que um país tem de fazer com que outro sinta admiração pelos seus valores, pela sua cultura, pelos seus ideais políticos e até mesmo pelas políticas por si desenvolvidas.<sup>69</sup> Numa perspetiva mais geral, Nye considera que o *Soft Power* utiliza recursos intangíveis, como a cultura, ideologia, valores e instituições, e que o *Hard Power* utiliza recursos tangíveis tal como a população, os territórios, os recursos naturais, o poder da economia, as forças armadas e o desenvolvimento tecnológico).

Contudo, apesar de o conceito de *Soft Power* ser já bastante aceite e utilizado no meio dos estudiosos das Relações Internacionais e até do mundo da Política, alguns autores não deixam de apontar algumas falhas do dito conceito.

Geraldo Zahran e Leonardo Ramos referem que o conceito de Joseph Nye apresenta algumas restrições, nomeadamente na definição de tangibilidade dos recursos e na relação

---

<sup>68</sup> NYE, Joseph S., *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, Nova Iorque, PublicAffairs, 2004, pp. 2;

<sup>69</sup> *Ibidem*, pp. 7-8;

entre o *Hard Power* e o *Soft Power*<sup>70</sup>. Relativamente à definição de tangibilidade, os autores referem apenas dois factos: o da economia, definida por Joseph Nye como um recurso tangível, que nem sempre o é; e o das instituições, definidas por Nye como recursos intangíveis, e que nem sempre o são uma vez que estas tomam grande parte das vezes uma presença física.

Em resposta às restrições levantadas por Zahran e Ramos, Nye explicou que a tangibilidade dos recursos utilizados no *Soft Power* não se encontrava de facto bem explicada e que, na altura da escrita e publicação dos seus dois primeiros livros, apenas recorreu à tangibilidade dos recursos para contrapor o seu conceito à teoria neorrealista das Relações Internacionais. Para Nye, o «poder que está no comando pode muito bem ser utilizado para construir instituições que providenciarão no futuro recursos associados ao *Soft Power*, e a opção de comportamento pode ser utilizada para gerar recursos de *Hard Power* na forma de alianças militares e ajuda económica»<sup>71</sup>. Numa resposta mais global direccionada aos estudiosos que não compreenderam verdadeiramente o conceito, o autor fica-se pela explicação que o uso de diferentes recursos à disposição de um país pode originar o *Soft Power*, mas que este não é um comportamento ou uma ação em si.<sup>72</sup>

Não obstante as restrições e as opiniões divergente relativamente ao conceito de *Soft Power*, importava esclarecê-lo mais pormenorizadamente neste estudo, uma vez que a sua compreensão contribui para a análise dos resultados do mesmo. Para tais efeitos de análise, a definição de *Soft Power* utilizada vai ser a de Joseph Nye, não na sua conceção original tal como é definida no seu livro *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power* nos anos 1990, mas sim o conceito mais trabalhado que apresenta no livro *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, publicado em 2004. A razão para esta escolha é que o conceito inicialmente tentava definir políticas externas mais globais e abrangentes tomadas pelo governo dos Estados Unidos da América e só nesta publicação no ano de 2004 é que Nye se

---

<sup>70</sup> ZAHARAN, Geraldo e RAMOS, Leonardo, “From Hegemony to soft power: implications of a conceptual change” in PARMAR, Inderjet e COX, Michael, *Soft Power and US Foreign Policy: Theoretical, Historical and Contemporary Perspectives*, Londres, Routledge, 2010, pp. 12 - 31,

<sup>71</sup> NYE, Joseph S., “Responding to my critics and concluding thoughts”, in PARMAR, Inderjet e COX, Michael, *Soft Power and US Foreign Policy: Theoretical, Historical and Contemporary Perspectives*, Londres, Routledge, 2010, pp. 216;

<sup>72</sup> *Ibidem*, pp. 219;

concentrou apenas no conceito de *Soft Power*, clarificando e restringindo desta forma a definição desse mesmo conceito.<sup>73</sup>

Este conceito contribui assim para uma melhor compreensão das políticas de bolsas de estudo e de estágios oferecidas por instituições particulares, fundações e até mesmo pelo governo norte-americano a estudantes portugueses, numa altura em que Portugal se encontrava sob o comando de um governo ditatorial. Seriam estas ações Governamentais ou apoiadas pelo Governo norte-americano, revestidas de uma tentativa de influenciar os portugueses a aceitarem e a verem como a única alternativa viável para um país, a ideologia Democrática e Liberal? Teriam estas ofertas o propósito de aculturar a futura elite portuguesa, de acordo com os ideais de modernização e liberalização económica norte-americanas, a fim de impedir a influência cultural de ideias como o comunismo?

### **3.2 DIPLOMACIA CULTURAL**

Identificada como um dos ramos da Diplomacia Pública, a Diplomacia Cultural também ela “lida com a influência de atitudes públicas e com a formação e execução de políticas externas”<sup>74</sup>, ainda que, no seu caso particular seja uma diplomacia pública orientada para os intercâmbios entre diferentes culturas.

Relativamente à evolução deste ramo da diplomacia, tal como é referido por Richard T. Arendt no seu livro dedicado ao percurso histórico da diplomacia cultural<sup>75</sup>, esta era já um método empregue desde a Idade do Bronze, época onde foram encontrados os seus primeiros registos. No centro da tese de Arendt encontra-se a premissa de que os diplomatas de diversas Monarquias e Estados antigos foram utilizados ao longo da História, por um lado, como veículos de transmissão de mensagens e preservação da paz em épocas em que a força bélica tinha o poder de erradicar do mapa civilizações inteiras, e por outro lado, como as principais figuras de transporte e de intercâmbio de conhecimento entre diferentes culturas. A Diplomacia Cultural adquire assim uma presença que, em termos de antiguidade, ultrapassa a existência do próprio Estado Moderno.

---

<sup>73</sup> *Ibidem*, pp. 216;

<sup>74</sup> Citação de definição de Diplomacia Pública de Edmund Gullion, in SNOW, Nancy e TAYLOR, Phillip M., *Routledge Handbook of Public Diplomacy*, Oxon, Routledge, 2009, pp. 19;

<sup>75</sup> ARENDT, Richard T., *The First Resort of Kings: American Cultural Diplomacy in the Twentieth Century*, Sterling, Potomac Books, Inc, 2005;

A Diplomacia Cultural é portanto, um ramo da diplomacia que se encontra presente há vários séculos. No entanto, foi apenas em meados do século XX que o intercâmbio cultural se oficializou como uma ferramenta dos estados democráticos, com especial ocorrência no caso dos Estados Unidos da América. Foi graças ao ímpeto, determinação e influência do filantropo norte-americano Nelson Rockefeller junto da Administração de Franklin Roosevelt que, em 1938 foi criada a *Divisão de Relações Culturais* do Departamento de Estado norte-americano. Na sua génese, esta divisão foi criada tendo em vista, primeiramente, o alcance de um objetivo: criar um programa de intercâmbio cultural entre os Estados Unidos da América e a América Latina para “complementar e reforçar os negócios e os laços económicos existentes entre os dois países”<sup>76</sup>.

Porém, este complemento e reforço dos laços económicos e dos negócios entre os Estados Unidos da América e a América Latina através da recém-criada divisão das relações culturais teve uma razão de ser subjacente. Dois anos antes, os Estados Unidos haviam feito várias intervenções na América Latina que levantaram suspeitas sobre as intenções dos norte-americanos naquele continente. A situação em que o governo norte-americano propôs a realização de uma Conferência de Fomento das Relações Culturais Interamericanas ao abrigo da Conferência Pan-Americana para a Manutenção da Paz a realizar-se em Buenos Aires no ano de 1936 é exemplo disso. Também o facto de, durante a Segunda Guerra Mundial grupos de italianos, alemães e japoneses – na altura inimigos dos EUA não apenas ao nível ideológico mas também ao nível do verdadeiro campo de batalha na Europa e na Ásia –, terem ido viver para a América do Sul. Devido a estes dois acontecimentos, a democracia, o Governo e as empresas norte-americanas começaram a ser vistas com desdém pelos seus vizinhos do Sul. Neste contexto, a resposta dos norte-americanos foi a criação do Departamento de Relações Culturais, departamento esse que, com o intuito de “contrariar a propaganda alemã (...), (enviou) americanos das áreas da arte e da escrita (...) para sul para partilharem os seus talentos e (também criou) as primeiras bibliotecas americanas contendo obras sobre a cultura, sociedade, política e economia americana estabelecidas em Buenos Aires, Cidade do México e Santiago.”<sup>77</sup>

Com o término da Segunda Grande Guerra e o subsequente início da Guerra Fria, apesar da diferente conjuntura internacional, os norte-americanos lutavam ainda uma guerra ideológica, desta vez contra o alastramento do comunismo e contra a propaganda comunista.

---

<sup>76</sup> GLADE, William, “Issues in the Genesis and Organization of Cultural Diplomacy: A Brief Critical History”, *The Journal of Arts Management, Law and Society*, volume 39, 2009, pp. 241;

<sup>77</sup> *Ibidem*, pp 241;

Por esta razão, foi dada continuação à abordagem do intercâmbio cultural pelas suas vantagens já comprovadas no plano da guerra ideológica, sempre com o intuito de expandir a ideologia democrática e liberal norte-americana pelo globo.

Os Estados Unidos da América começam assim a fazer uso da sua alta cultura e as suas elites culturais em seu proveito, na esperança de “promover os valores democráticos pelo mundo e de destruir o fascismo, o comunismo e outras desagradáveis ideologias estrangeiras”<sup>78</sup>. A Diplomacia Cultural insere-se assim na baliza de definição do conceito de *Soft Power* explicado anteriormente, ou seja, surge como uma forma de, ao invés de ser utilizado o poder de coerção bélico ou económico de um Estado, ser empregado o poder da atração. Neste caso particular da Diplomacia Cultural, através das elites e das personalidades pertencentes à *alta cultura* do estado-nação de origem, há uma tentativa de demonstração, indução e propagação das suas ideologias e cultura próprias nos estados-nação alvos.

À semelhança do *Soft Power*, a Diplomacia Cultural foi utilizada pelos Estados Unidos da América durante a Guerra Fria, com a finalidade de transmitir a ideologia democrática por todo o globo. Porém, ao contrário daquilo que o *Soft Power* é, um conceito, a Diplomacia Cultural é transformada numa ferramenta do Estado moderno norte-americano formalizada de maneira a redefinir a política externa dos Estados Unidos da América.

Por conseguinte, a Diplomacia Cultural permite aferir quais as medidas governamentais no campo da *alta cultura*, empregadas pela democracia norte-americana e destinadas ao estado totalitário português durante a baliza cronológica deste estudo. Que estratégias dirigidas aos alunos do ensino superior português foram utilizadas pelo governo dos Estados Unidos da América? E teriam estas estratégias, objetivos políticos implícitos?

### **3.2.1 A Diplomacia cultural e os programas de intercâmbio**

Como vimos anteriormente, a Diplomacia Cultural põe em prática o conceito de *Soft Power*, através da transformação deste numa ferramenta oficial utilizada pelo Estado Moderno, neste caso concreto, pelo Governo dos Estados Unidos da América. Apesar disso, este estudo não recai numa análise ostensiva da própria Diplomacia Cultural, mas sim num dos ramos que divergem deste nó, mais concretamente, os programas de intercâmbios universitários.

---

<sup>78</sup> SCOTT-SMITH, Giles e KRABBENDAM, Hans, *The Cultural Cold War in Western Europe 1945-1960*, Oxford, Psychology Press, 2003, pp. 226;

Para facilitar, e recorrendo à metáfora de uma árvore, imagine-se o tronco principal da árvore que simboliza o governo em funções e cujos ramos que dele dispersam simbolizam os diferentes departamentos e meios de esse mesmo governo aplicar a sua política externa. Percebe-se assim facilmente, que a diplomacia – já por si um desses ramos –, divide-se também ela em vários ramos mais pequenos, sendo que num dos quais se encontra a diplomacia cultural. Por sua vez, a diplomacia cultural decompõe-se também em diferentes ramos, sendo que os programas de intercâmbio cultural são um deles. E por fim, estes programas de intercâmbio cultural divergem também eles em diversos ramos, e num destes, encontram-se os programas de intercâmbio universitários, que no caso dos Estados Unidos fazer-se-iam representar por vários programas e instituições oficiais, tal como, o Programa Fullbright (fundado em 1946 como um programa de intercâmbio internacional em tempo de paz), o *U.S. Information and Educational Exchange Act* (mais conhecido por *Smith-Mundt Act* e assinado pelo Presidente Truman em 1948), a *United States Information Agency* ou USIA (formada em 1953) e o *Fullbright-Hays Act* (assinado em 1961 e que veio juntar várias agências e departamentos de estado norte-americanos numa só entidade destinada apenas ao fomento de intercâmbios escolares e culturais entre os EUA e o resto do mundo).

O propósito desta descrição e comparação da Diplomacia Cultural a uma árvore detém-se no simples objetivo de demonstrar que os programas de intercâmbio cultural públicos, neste caso em específico, criados e financiados pelo Governo dos Estados Unidos da América, tiveram sempre no seu núcleo intenções e propósitos políticos, uma vez que no fundo, são ramificações provenientes de um tronco principal que é o Governo.

Diferenciando-se assim do que é apelidado de propaganda, ao invés da conotação negativa e do recurso ao explícito e imediato conteúdo político, e apesar de ambos serem meios políticos legítimos, os programas de intercâmbio universitários utilizam métodos mais indiretos de «publicidade», valendo-se por um lado, da experiência dos alunos e professores estrangeiros quando em contacto direto com a sociedade norte-americana, e por outro, da mensagem transmitida pelos seus alunos e professores universitários nas sociedades estrangeiras<sup>79</sup>.

Estudos que tratem historicamente e comprovem a tese anteriormente referida são raros e a grande maioria destes que tratam a diplomacia cultural incidem sobre as artes, a música e o cinema, negligenciando os ramos da educação e dos intercâmbios de estudantes. A

---

<sup>79</sup> MULCAHY, Kevin V., “Cultural Diplomacy and the Exchange Programmes: 1938-1978” in *Journal of Arts Management, Law & Society*, Vol. 39, issue 1, 1999;

razão para tal negligência encontra-se assente em argumentos muito válidos, tal como, no caso dos intercâmbios estudantis ser muito mais complicado medir, por exemplo, a evolução ideológica de uma certa pessoa, ao passo que as influências no mundo da música se tornam muito mais transparentes e imediatas.

Ainda assim, no ano de 2013, Óscar Martim Garcia do Instituto de História do Centro de Ciências Humanas e Sociais do Conselho Superior de Investigações Científicas de Madrid em Espanha, publicou um artigo na revista *Cold War History*, onde trata precisamente dos objetivos norte americanos por detrás do intercâmbio de estudantes, neste caso entre Espanha e os Estados Unidos<sup>80</sup>.

Neste seu projeto, Óscar Garcia examina as políticas públicas implementadas pela Administração Johnson em Espanha. O autor examina mais precisamente as políticas direcionadas aos alunos universitários com o objetivo de melhorar a imagem norte americana a fim de se tornar influente no seio dos futuros líderes espanhóis, na altura ainda em formação. Os EUA, tentavam desta forma espalhar os ideais democráticos e liberais, de maneira a que na possível eminente queda do regime ditatorial franquista, esses ideais vencessem o perigo comunista originando assim um regime democrático e liberal em Espanha.

Óscar Garcia incide a sua tese central numa agência criada pela Administração Kennedy chamada IACYA (Inter-Agency Comitee on Youth Affairs), cujo objetivo seria somente modular gente jovem de outros países de acordo com os ideais liberais, democráticos e anticomunistas de Washington<sup>81</sup>. Desta forma, segundo Garcia, a agência tentou trespassar quatro pontos aos estudantes espanhóis: “(1) que o acesso dos norte americanos às bases espanholas seria de uma importância vital para a defesa do ‘mundo livre’ e para a segurança espanhola; (2) que os Estados Unidos eram a potência número um mundial e que eram um líder forte e responsável e o estandarte para a paz e para o progresso humano; (3) que uma forte e unida Aliança Atlântica seria a resposta para travar o comunismo; e que (4) quaisquer esperanças num futuro promissor para a Espanha estariam assentes no pluralismo social, no liberalismo político e na economia de mercado livre.”<sup>82</sup>

Conclui então o autor que este programa norte-americano em território espanhol não deu os frutos pretendidos. O facto de o governo norte-americano ter mantido relações cordiais

---

<sup>80</sup> GARCIA, Oscar J., “A Complicated Mission: the United States and the Spanish Students during the Johnson Administration”, in *Cold War History*, vol. 13, n° 3, 2013;

<sup>81</sup> *Ibidem*, pp. 316;

<sup>82</sup> *Ibidem*, pp. 317;

com o regime franquista fez com que os jovens espanhóis não ficassem com uma tão positiva imagem dos Estados Unidos, já que “a maioria dos estudantes universitários espanhóis fundaram o seu julgamento (dos EUA) mais nas suas ações do que nas suas mensagens.”<sup>83</sup>

O estudo atrás referido revela-se interessante pelas parecenças conjunturais com o presente estudo, ainda que incidam sob períodos diferentes. Não obstante, sendo o objetivo de ambos o mesmo, Óscar Garcia demonstra que os Estados Unidos utilizavam de facto a diplomacia pública com o objetivo de suavizar a transmissão dos seus ideais através da atração e do *Soft Power*.

Levantam-se assim uma série de questões para este estudo. Haveria de facto uma tentativa por parte dos Estados Unidos de aplicar uma diplomacia cultural direccionada à futura elite portuguesa? Estariam as bolsas de estudo e de estágio oferecidas aos portugueses a fim de se especializarem nos Estados Unidos envoltos em objetivos de ordem política? E funcionaria esta diplomacia cultural como uma forma de inculcar os ideais democráticos e liberais aos portugueses nos EUA, a fim de os norte-americanos garantirem um regime não comunista caso o Estado Novo fosse derrubado?

---

<sup>83</sup> *Ibidem*, pp. 327;

## **4 OS INTERCÂMBIOS**

Após uma necessária contextualização histórica e um necessário enquadramento teórico, este capítulo final trata dos intercâmbios de especialização entre Portugal e os Estados Unidos, tendo como base a análise de documentação histórica presente no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e também de documentação histórica localizada no Arquivo Histórico Camões do Instituto Camões.

Devido às questões levantadas anteriormente na introdução do presente estudo, este capítulo vai abordar apenas os casos de investigadores, professores e especialistas portugueses que se deslocaram aos Estados Unidos. Focado na documentação originada pelo Instituto para a Alta Cultura, esta análise assenta em todos os indivíduos que, entre 1945 e 1952, se deslocaram aos EUA a fim de continuarem os seus estudos, de se especializarem nas suas áreas científicas e de aperfeiçoarem as suas técnicas de trabalho naquele país.

A razão pela qual este estudo assenta na análise da documentação do Instituto para a Alta Cultura incide no facto de que, ao longo do período em questão, ser esse mesmo Instituto a principal instituição pública que não só concedia aos cientistas, técnicos e especialistas portugueses o estatuto de representante fora do país, como conferia ajudas económicas sob a forma de bolsas de estudos fora do país, com o propósito de os portugueses se deslocarem aos estrangeiro a fim de os preparar convenientemente para que, no seu regresso, estes trouxessem melhorias para o ensino e para a investigação científica em Portugal.

### **4.1 O INSTITUTO PARA A ALTA CULTURA**

#### **4.1.1 A história**

Com origem na reforma que criou o Ministério da Educação Nacional em Maio de 1936, subsequente da Junta de Educação Nacional que havia sido constituída em decreto de lei no dia 16 de Janeiro de 1929, o Instituto para a Alta Cultura veio dar continuação aos trabalhos de apoio à investigação científica que a Junta havia feito desde a sua criação.

Em 1929, a JEN foi criada com o intuito de abrir “caminho ao lançamento de um conjunto de medidas de apoio à investigação científica, aperfeiçoamento artístico e expansão da língua e cultura portuguesas”<sup>84</sup>. Segundo o decreto de lei que a criou, a JEN funcionaria como um organismo permanente do Ministério da Instrução Pública e era dotada de autonomia administrativa. Não obstante, o seu objetivo assentava em beneficiar a cultura científica portuguesa por esta ser um «factor proeminente da riqueza e da força de um país»<sup>85</sup>, através de um melhoramento dos quadros docentes das escolas de ensino superior portuguesas e também de um melhoramento da investigação científica portuguesa em geral.

Assim sendo, a JEN tinha como base de trabalho os seguintes objetivos:

1. «Fundar, melhorar ou subsidiar instituições destinadas a trabalhos de investigação e propaganda científica [...];
2. Subsidiar investigações de carácter científico em Portugal, nas suas colónias e no estrangeiro;
3. Organizar e subsidiar missões de estudo na metrópole, nas colónias e no estrangeiro;
4. Promover a melhoria das condições materiais, intelectuais e morais dos estudantes, professores e investigadores, especialmente dos subsidiados pela Junta;
5. Organizar e fiscalizar um serviço de bolsas de estudo em Portugal e no estrangeiro;
6. Promover a colocação dos antigos bolseiros, segundo as suas habilitações;
7. Organizar um serviço de informações acerca dos centros de docentes e das condições de visa nos principais países, especialmente sob os aspetos que possam interessar a estudantes e professores;
8. Promover o intercâmbio intelectual, a expansão da cultura portuguesa e a representação em congressos e outras reuniões científicas no País e fora dele;
9. Fundar, subsidiar e dirigir escolas de ensino pedagógico em todos os graus de ensino, exceptuando o superior;
10. Criar outras instituições destinadas a contribuir para a melhoria progressiva da educação nacional;
11. Promover ou subsidiar publicações de carácter científico;

---

<sup>84</sup> ROLLO, Maria Fernanda, QUEIROZ, Maria Inês, BRANDÃO, Tiago e SALGUEIRO, Ângela, *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2012, pp. 15;

<sup>85</sup> *Diário do Governo*, I Série, nº 13, de 16 de Janeiro de 1929, op. cit. Por ROLLO, Maria Fernanda, QUEIROZ, Maria Inês, BRANDÃO, Tiago e SALGUEIRO, Ângela, *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2012, pp. 52-53;

12. Representar ao Governo, da sua própria iniciativa, sobre assuntos de instrução.»<sup>86</sup>

Objetivos estes que até 11 de Abril de 1936, data da reforma que originou o Ministério da Educação Nacional, passaram por diversas dificuldades para serem cumpridos. O condicionamento financeiro que a JEN sempre sentiu ao longo da sua existência seria uma dessas dificuldades, mas de entre estas, aquela que mais afetaria os trabalhos da Junta seria a pouca independência que a JEN tinha face ao Estado. A crescente afirmação do Estado Novo ao longo da década de 30, as remodelações no sentido de uma centralização do aparelho de Estado e o conseqüente aumento da vigilância e da repressão, viriam a limitar a ação nos campos científico e cultural portugueses e naturalmente da Junta de Educação Nacional.

Em Janeiro de 1936, António Faria Carneiro Pacheco ocupa a pasta da Instrução Pública. Consigo traria a reforma do Ministério cujas bases se edificariam na integridade da formação nacional e num sistema de educação do povo, ou seja, na construção de uma «escola nacionalista portuguesa»<sup>87</sup>. Ainda em 1936, no mês de Abril, o projeto apresentado por António Pacheco é aprovado em lei e a partir de então o Ministério da Instrução Pública passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional. Dessa reforma nasceu a Junta Nacional de Educação, que se dividia em sete secções, das quais a sétima seria a Alta Cultura.

#### **4.1.2 O Instituto para a Alta Cultura**

Sob a alçada da Junta Nacional de Educação, ramo do recém-reformulado Ministério da Educação Nacional, tinha sido então criada a 7ª secção que seria constituída pelo Instituto para a Alta Cultura.

O Instituto havia sido criado «em substituição da atual Junta de Educação Nacional»<sup>88</sup>. Porém, o IAC seria dividido em duas subsecções, sendo que a primeira se encarregaria da Investigação Científica e a segunda das Relações Culturais. A primeira tinha os objetivos de coordenar os trabalhos de investigação científica em Portugal e nas suas colónias, de promover os estudos filosóficos e religiosos, de organizar e conceder bolsas de estudo e

---

<sup>86</sup> *Ibidem*, pp. 53-54;

<sup>87</sup> *Ibidem*, pp.121;

<sup>88</sup> Lei nº 1941, *Diário do Governo*, I Série, nº 84, de 11 de Abril de 1936, op. cit. por ROLLO, Maria Fernanda, QUEIROZ, Maria Inês, BRANDÃO, Tiago e SALGUEIRO, Ângela, *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2012, pp. 122;

missões de estudo em Portugal ou no estrangeiro, e de criar centros para «promover a efetiva utilização destes bolseiros»<sup>89</sup>. A segunda subsecção tinha como função a coordenação das representações culturais oficiais portuguesas no estrangeiro, a realização e participação em congressos, o apoiar os cursos de férias nas universidades portuguesas, o promover e subsidiar viagens de estudo e, por último, tinha também como função atualizar, organizar e catalogar os centros culturais no estrangeiro e mais tarde as bibliotecas em Portugal.

Neste sentido, o IAC veio continuar os trabalhos da Junta de Educação Nacional, adicionando a estes alguns que serviam para preencher lacunas relativas à investigação científica em Portugal. O IAC veio ainda fomentar o intercâmbio e a cooperação científica entre Portugal e outros países. A Fundação Rockefeller, a Fundação Alexander Von Humbolt, o British Council e o Serviço Alemão de Intercâmbio Académico são alguns exemplos de organismos que, conjuntamente com o IAC, assistiram e apoiaram bolseiros, investigadores e cientistas portugueses a deslocarem-se ao estrangeiro a fim de promover o dito intercâmbio científico.

Desde a sua criação em 1936 até à sua reformulação em 1952, o Instituto para a Alta Cultura passou apenas um período que veio causar constrangimentos de maior impacto no seu funcionamento: a II Guerra Mundial. As dificuldades financeiras vividas em Portugal e a própria insegurança que se fazia sentir no estrangeiro obrigaram muitos dos bolseiros que se encontravam fora do país a voltar a Portugal. Acabou por se revelar positivo o retorno antecipado dos bolseiros, uma vez que o IAC, desta forma, foi “obrigado” a criar centros de estudos para albergar e de maneira a utilizar todo o conhecimento que os bolseiros traziam do estrangeiro<sup>90</sup>. Assim sendo, ao longo da II Guerra Mundial, com o intuito de promover a investigação científica em Portugal, dezenas de centros de estudos foram criados em Portugal. O Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o Centro de Estudos de Física do IST e da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa criados em 1940, o Centro de Estudos Matemáticos da Faculdade de Ciência da Universidade do Porto criado em 1942 e o Centro de Estudos de Medicina Tropical do Instituto de Medicina Tropical criado em 1944, são alguns exemplos do total de 24 centros de estudos

---

<sup>89</sup> ROLLO, Maria Fernanda, QUEIROZ, Maria Inês, BRANDÃO, Tiago e SALGUEIRO, Ângela, *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2012, pp. 123;

<sup>90</sup> *Ibidem*, pp. 159 a 165;

criados em Portugal pelo IAC durante o período bélico da II Guerra Mundial<sup>91</sup>. Deste modo, o campo de ação do IAC ao longo do segundo conflito mundial virou-se para o interior do país.

Foi também com a II Guerra Mundial que a ciência e a tecnologia adquiriram um papel de maior relevo na sociedade ocidental, tornando-se variáveis de extrema importância na economia dos países desenvolvidos no pós-guerra. Nesse mesmo pós-guerra, a conjuntura internacional da Guerra Fria trouxe também consigo um clima competitivo ao nível da já desenvolvida ciência e tecnologia. Tal como afirma a historiadora Fernanda Rollo, «A política científica estabeleceu-se então num quadro de competição estratégica, assumindo-se ora, por um lado, como reflexo de uma política mais geral de confrontação de dois blocos político-ideológicos, ora, por outro, como necessidade de sobrevivência num enquadramento internacional e geopolítico flagrantemente bipolar.»<sup>92</sup>.

Neste panorama, os Estados Unidos da América e o chamado Plano Marshall exerceram claramente uma influência determinante na Europa, uma vez que para além do fomento económico, instituiu nos países europeus um espírito e uma política científica. Portugal mostrou ainda relutância em aceitar a assistência norte-americana. O discurso político relativo ao Plano Marshall é semelhante ao discurso relacionado com os avanços da ciência em Portugal. Por um lado, há uma consideração pelas vantagens que ambos trariam ao país e, por outro, havia sempre uma desconfiança face a esses avanços, própria da mentalidade conservadora dos governantes portugueses<sup>93</sup>.

Apesar da mentalidade conservadora, houve sempre correntes distintas dentro do Estado Novo, correntes essas que defendiam a modernidade e a inovação em todos os sectores da sociedade portuguesa. Tais correntes emergiram e tornaram-se visíveis com o fim da II Guerra Mundial e com a instabilidade política e a agitação social com que o regime se deparava em Portugal<sup>94</sup>. O IAC por sua vez não se manteve imune à instabilidade que se fazia sentir no pós-guerra e acabou também ele por sofrer transformações que, eventualmente, resultariam numa nova reformulação deste Instituto no ano de 1952.

Sofrendo uma reforma orgânica, o agora Instituto de Alta Cultura separou-se assim da JNE e ficou sob a tutela direta do Ministério da Educação Nacional beneficiando de uma autonomia financeira<sup>95</sup>. O IAC tinha então novos objetivos principais, entre os quais, o

---

<sup>91</sup> *Ibidem*, Anexo VIII “Centros de Estudos da JEN ao IAC”, pp. 498 a 504;

<sup>92</sup> *Ibidem*, pp. 180;

<sup>93</sup> *Ibidem*, pp. 181;

<sup>94</sup> *Ibidem*, pp. 185-186;

<sup>95</sup> *Ibidem*, pp. 193

desenvolvimento dos estudos em energia nuclear e o reforço da intervenção na área cultural e na investigação científica em geral<sup>96</sup>. O Instituto auxiliou assim o grande desenvolvimento da energia nuclear em Portugal, bem como permitiu também a construção de novos centros nas áreas das ciências exatas, das artes e das humanidades. Não obstante, a reforma a que foi sujeito no ano de 1952 não foi suficiente para responder às crescentes exigências da investigação científica no país<sup>97</sup>.

Em 1976, após a queda do Estado Novo, o IAC passou a designar-se ICAP e as suas funções focaram-se então num maior ensino e promoção da língua e da cultura portuguesa, tanto em Portugal como no estrangeiro, funções essas que permaneceram até ao atual Instituto Camões.

## 4.2 AS BOLSAS

Como já referi, um dos principais objetivos / funções do Instituto para a Alta Cultura seria o de organizar e conceder bolsas de estudo em Portugal e nos estrangeiros. Não obstante, e uma vez que não cabe ao presente estudo efetuar uma análise e uma comparação entre as bolsas de estudos em Portugal e fora dele, apenas as bolsas de estudo no estrangeiro vão ser escrutinadas.

Neste sentido, ao IAC cabia a responsabilidade de «Organizar e conceder bolsas de estudo, em Portugal ou no estrangeiro, a diplomados de comprovada idoneidade moral e intelectual, que deem garantia da sua ulterior cooperação com o Estado, para o aperfeiçoamento dos métodos de educação e o desenvolvimento da cultura.»<sup>98</sup>. Analisando as palavras atrás transcritas, publicadas um mês após a sua criação no regimento da Junta Nacional de Educação que organiza e cataloga as funções do IAC, percebe-se que as bolsas de estudo seria assunto importante na orgânica do Instituto. Apenas seriam entregues a quem de facto comprovasse merecê-las e a quem de facto, mostrasse poder tirar o maior partido delas, tanto ao nível do conhecimento como ao nível da experiência, de maneira a que, aquando do

---

<sup>96</sup> *Ibidem*, pp. 211;

<sup>97</sup> *Ibidem*, pp. 236;

<sup>98</sup> Decreto n.º 26 611, *Diário do Governo*, I Série, n.º 116, de 16 de Maio de 1936, op. cit. por ROLLO, Maria Fernanda, QUEIROZ, Maria Inês, BRANDÃO, Tiago e SALGUEIRO, Ângela, *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2012, pp. 122;

seu regresso a Portugal, implementasse, divulgasse e partilhasse os conhecimentos adquiridos no estrangeiro para que Portugal e o Estado Novo tirassem o máximo partido dos mesmos.

Um relatório escrito em 1951 por Amândio Tavares, presidente do IAC, sobre o Instituto para a Alta Cultura e a investigação científica em Portugal vem comprovar isso mesmo. Segundo Amândio Tavares «tem-se atendido à preparação dos candidatos, às necessidades do ensino da investigação e da cultura, e ainda, cuidadosamente, às possibilidades de utilização, no seu regresso, dos conhecimentos que vão adquirir»<sup>99</sup>.

É neste contexto que – e apesar de ter mencionado que não iria tratar das bolsas de estudo no país –, importa voltar a referir que muito dos Centros de Estudo e de Investigação criados com ajuda do IAC, serviam não apenas para promover as ciências a que se dedicavam, mas também para dar *utilização* aos bolseiros e aos novos conhecimentos que os mesmos traziam do estrangeiro. As bolsas de estudo no país serviriam não só mas também, para justificar o investimento feito pelo Instituto ao enviar os bolseiros para fora do país e assim utilizá-los para benefício da investigação científica em Portugal.

As bolsas de estudo no estrangeiro eram desta forma atribuídas com o ulterior objetivo de favorecer a sociedade cultural e a investigação científica em Portugal, ao invés de funcionar apenas como um meio de beneficiar pessoalmente os bolseiros.

#### **4.2.1 As bolsas com destino aos Estados Unidos**

Como tenho vindo a referir ao longo do presente texto, este estudo baseia-se, grosso modo na análise da documentação contida no arquivo do Instituto Camões referente ao Instituto para a Alta Cultura e relativa ao intercâmbio feito com os Estados Unidos no campo da investigação científica e do aperfeiçoamento dos indivíduos que beneficiaram de tal intercâmbio.

Inicialmente, o estudo tinha como objetivo a análise dos processos existentes entre 1945 e 1960, tenham sido estes de Portugal para os Estados Unidos ou vice-versa. No entanto, ao longo da análise dos mesmos processos, várias barreiras se ergueram e impediram a concretização dos ditos objetivos ficando assim este estudo restringido à análise dos processos dos portugueses que se deslocaram aos EUA entre 1945 e 1952 a fim de estudarem ou estagiarem nas melhores instituições científicas norte-americanas.

---

<sup>99</sup> TAVARES, Amândio, *O Instituto para a Alta Cultura e a investigação científica em Portugal*, vol. I, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1951, pp. 18;

Este capítulo encontra-se dividido em duas partes sendo que a primeira fornece uma análise quantitativa dos processos estudados e a segunda uma análise dos objetivos e das intenções que levaram os bolseiros a deslocarem-se aos Estados Unidos da América, bem como, dos conhecimentos e das opiniões que trouxeram de volta com eles.

#### **4.2.1.1 Análise quantitativa**

Foram analisados 46 processos, de entre os quais 6 não chegaram a obter a permissão para saírem do país, totalizando assim o número de 40 portugueses que se deslocaram aos EUA entre 1945 e 1952 a fim de lá estudarem ou estagiarem. Do total dos 40 apenas 1 era do sexo feminino. Todos eram, de uma forma ou de outra, trabalhadores do Estado Novo, e todos eram já licenciados.

Como indicam os dados do gráfico 1, o número mínimo de bolsas com destino aos EUA são de 6 no ano de 1952, e o máximo são de 12 no ano de 1946. O número de bolsas com destino aos Estados Unidos ronda sempre as 8 para os restantes anos, pelo que o elevado número de bolsas atribuídas em 1946 se prende apenas com o facto de a Europa se encontrar devastada e em reconstrução devido à destruição causada pela II Guerra Mundial, pelo que «em virtude dos acontecimentos internacionais, o Instituto para a Alta Cultura passou a encaminhar os seus bolseiros»<sup>100</sup> para os EUA.

---

<sup>100</sup> *Ibidem*, pp. 21;

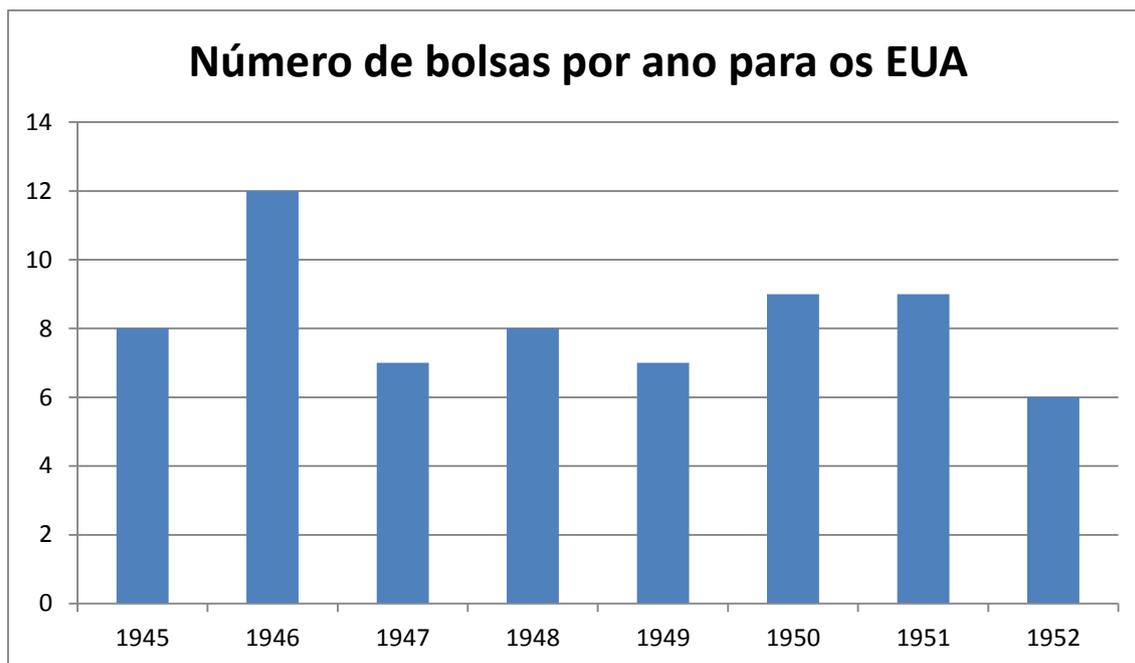


Figura 1- Número de bolsas por ano para os EUA<sup>101</sup>

Adicionalmente, o gráfico 2 mostra a distribuição do número de bolsas divididas por área de estudo ou especialização. Para uma análise mais facilitada foram divididas em quatro grandes áreas: medicina, engenharia, ciências sociais e humanas, matemáticas e física. A área da medicina engloba 16 bolsas em medicina geral e cirurgia e 1 em farmacologia, num total de 17 bolsas. A área da engenharia, com um total de 8 bolsas, subdivide-se em uma bolsa em engenharia de silvicultura, em duas em engenharia eletrotécnica, em quatro em engenharia agrónoma e numa em engenharia mecânica. A área de ciências sociais encontra-se dividida em história, biblioteconomia e arquivística, antropologia, psicologia, aperfeiçoamento de técnicas de ensino, filologia e ciências sociais, tendo sido atribuída uma bolsa em cada uma das subdivisões enumeradas e perfazendo um total de 7 bolsas. A área das matemáticas divide-se em apenas dois campos, matemática e ciências económicas e financeiras, tendo sido atribuídas respetivamente uma e três bolsas num total de 4 bolsas nesta área. Por último, a área da física, sem subdivisões e com um total de apenas uma bolsa atribuída naquele campo.

A análise deste gráfico 2 dá claramente uma imagem daquela que era a grande área científica que mais motivos tinha para estudarem e procurarem uma especialização nos EUA: a medicina. As grandes razões para esta escolha seriam não só as avançadas técnicas praticadas naquele país como também a avançada tecnologia presente no mesmo. Tal como refere António de Sousa Pereira, um dos bolseiros em medicina que se deslocou aos EUA, «a

<sup>101</sup> Gráfico criado com base na análise dos processos dos bolseiros e estagiários presentes no AHC;

cirurgia neste país (EUA) tem evoluído tão profundamente que já só de longe se assemelha ao que se faz entre nós»<sup>102</sup>.

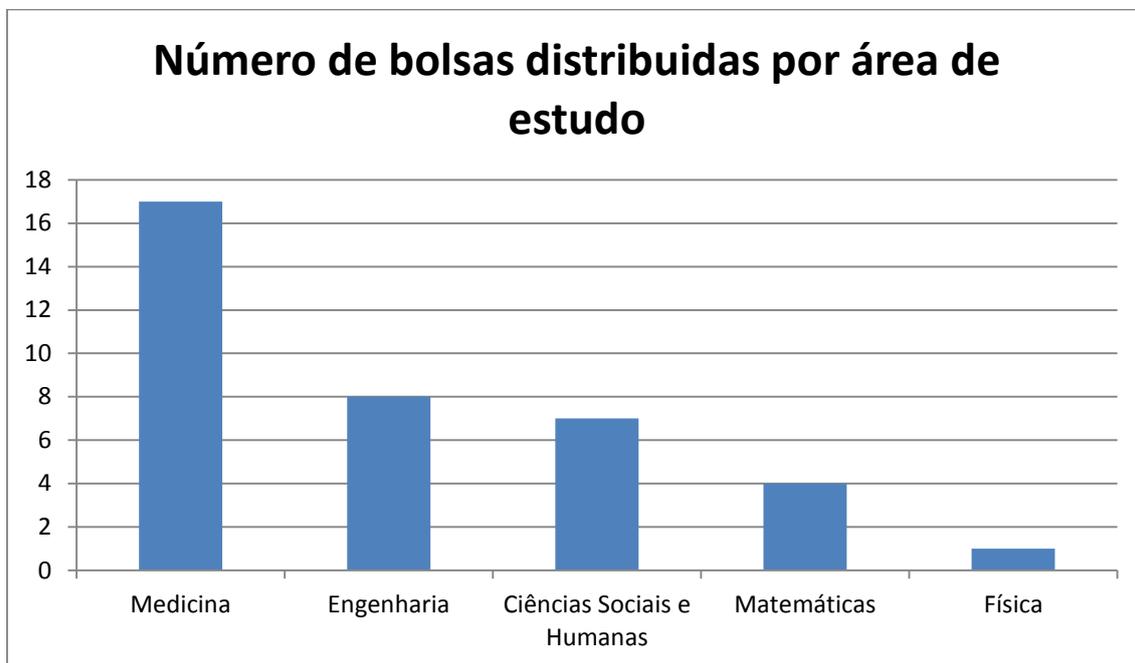


Figura 2 - Número de bolsas para os EUA distribuídas por área de estudo<sup>103</sup>

Cabe aqui ainda referir que apesar de todas as bolsas terem que passar pela aprovação do IAC, nem todas eram financiadas diretamente pelo Instituto. Nesta análise inserem-se portanto três tipos de bolsa: em primeiro lugar, as bolsas financiadas pelo IAC, tenham sido estas na totalidade ou não; em segundo lugar as bolsas aprovadas pelo IAC mas financiadas por outros institutos ou fundações, tais como o Governo norte-americano ou a Fundação Rockefeller; e por último as bolsas que eram pagas pelos próprios bolseiros, na altura intituladas *equiparações a bolseiro fora do país* ou *missões de estudo no estrangeiro*. Assim sendo, durante a baliza cronológica em questão, os bolseiros distribuem-se pelos três grupos da seguinte forma: 23 bolseiros beneficiaram de bolsas subsidiadas pelo IAC; 14 beneficiaram de bolsas financiadas por outras instituições, nomeadamente por parte da Economic Cooperation Administration, por parte do Governo norte-americano e por parte da Fundação Rockefeller; e, por fim, 9 bolseiros deslocaram-se aos Estados Unidos sem quaisquer encargos para o Instituto para a Alta Cultura.

<sup>102</sup> AHC, Pasta “António de Sousa Pereira”, Cota 1476/21, Documento 27/2, Ofício enviado pelo bolseiro a António de Medeiros-Gouveia (secretário do IAC) a 1 de Novembro de 1944;

<sup>103</sup> Gráfico criado com base na análise dos processos dos bolseiros e estagiários presentes no AHC;

Para terminar a análise quantitativa é ainda necessário referir que existe uma diferença entre o número de bolseiros e o número de bolsas e estágios para os EUA durante a cronologia deste estudo. Não é um erro matemático e muito menos um erro de análise dos dados. Acontece que, como já referi anteriormente, muitos daqueles que beneficiaram bolsas viram as suas bolsas prorrogadas ou simplesmente, durante o período cronológico em estudo, receberam mais do que uma bolsa, podendo estas terem sido oferecidas por entidades diferentes. Para uma melhor compreensão, note-se o caso do bolseiro Carlos Ferreira Madeira Cacho, que apesar de terem sido todas subsidiadas pelo IAC, permaneceu nos Estados Unidos por um período total de três anos, durante os quais, na prática, beneficiou de três bolsas com o prazo de um ano.

Desta forma, as bolsas e as permissões de estadia no estrangeiro eram sempre relativamente curtas, nunca ultrapassando o prazo dos doze meses, sendo prorrogadas «quando o labor dos bolseiros tenha sido profícuo e se reconhece a vantagem de ampliar o tempo do seu estágio»<sup>104</sup>.

#### 4.2.1.2 Análise qualitativa

Em Portugal, as bolsas de estudo para o estrangeiro não eram novidade. Segundo Ilídio do Amaral, Presidente do Instituto de Alta Cultura entre 1975 e 1976 e Reitor da Universidade de Lisboa entre 1977 e 1979, já em finais do século XIII se encontram registos de bolsas de estudo para Paris, oferecidas por D. Sancho I e beneficiadas por alguns cónegos de Sta. Cruz de Coimbra. Apesar disso, Amaral defende que foi apenas na segunda metade do século XVI que «este meio de promoção cultural adquiriu maiores significado e proporções, quer pelo elevado número de estudantes enviados a Paris, como bolseiros de D. Manuel e de D. João III, quer pelo *influx* que, de regresso à pátria, muitos deles exerceram na renovação dos estudos clássicos, filosóficos e teológicos.»<sup>105</sup>.

---

<sup>104</sup> TAVARES, Amândio, *O Instituto para a Alta Cultura e a investigação científica em Portugal*, vol. I, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1951, pp. 18;

<sup>105</sup> AMARAL, Ilídio, *Subsídios para a elaboração de um relatório sobre a situação actual das actividades de investigação científica no âmbito do Instituto de Alta Cultura, de acordo com o despacho do senhor ministro da educação nacional de 1 de Fevereiro de 1972*, Lisboa, 1972, pp.28;

Já nos tempos da monarquia em Portugal se reconhecia a importância e o retorno positivo para o país que poderia resultar do envio de portugueses para o estrangeiro com o fim de lá estudarem ou de se especializarem.

Quatrocentos anos depois, já depois de deposta a monarquia e criado o Estado Novo, essa importância dada às bolsas de estudo no estrangeiro é ainda reconhecida. A criação em 1936 de um órgão ligado ao Estado Novo, o Instituto de Alta Cultura, cujo objetivo era fomentar a investigação científica em Portugal e o intercâmbio cultural com outros países sob a forma do envio de indivíduos de Portugal para o estrangeiro e do estrangeiro para Portugal, prova isso mesmo.

Focando-me agora apenas nas bolsas de estudo, também as que foram fornecidas entre 1945 e 1952 tinham o critério de «dar preferência ou só tomar em conta casos reconhecidos oficialmente pelas escolas e outros organismos do Estado, (de maneira) a que os interessados possam prestar ulterior cooperação, após o seu regresso, para assim se ter a garantia de que a especialização adquirida pelos bolseiros não redunde em exclusivo benefício pessoal.»<sup>106</sup>.

Desta forma, as bolsas eram entregues e os bolseiros eram escolhidos consoante a área de estudo que mais beneficiaria o Estado Novo no seu retorno. Ainda durante algum tempo, a medida tomada pelo Estado foi fazer inquéritos a diversos organismos do estado e, consoante as conclusões retiradas desses mesmos inquéritos, abrir vagas em concurso público de acordo com os ramos que mais necessidades teriam. Não obstante, a regra geral de atribuição de bolsas de estudo para o estrangeiro passava pelo envio de uma candidatura para o IAC, sempre acompanhada: de um *curriculum vitae* do indivíduo e de uma carta de motivação certificadas por um notário; de uma declaração referente ao Decreto-lei nº 27:003 de 14 de Setembro de 1936, onde o candidato a bolseiro declarava estar integrado na ordem social estabelecida pela Constituição de 1933 e o seu repúdio pelo comunismo e por todas as ideias subversivas; e, frequentemente, de uma recomendação de alguém com um alto cargo dentro do departamento onde o candidato trabalhava, isto porque estas bolsas seriam atribuídas preferencialmente a indivíduos já licenciados, com o cargo de professores, investigadores ou que tivessem funções técnicas num qualquer organismo do Estado Novo. Deste modo, o Estado precavía que, «no seu regresso, os bolseiros viriam contribuir, cada um dentro do seu

---

<sup>106</sup> TAVARES, Amândio, *O Instituto para a Alta Cultura e a investigação científica em Portugal*, vol. I, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1951, pp. 21 e 22;

ramo, para o melhoramento cultural, com projecção nos principais sectores da actividade nacional.»<sup>107</sup>

Esta primeira fase de seleção terminava com a escolha dos indivíduos nas reuniões da Direção do Instituto para a Alta Cultura, após a qual seria enviado um ofício para o departamento onde os mesmos trabalhavam ou lecionavam, de maneira a que o IAC percebesse se o envio dos bolseiros causaria «prejuízo irremediável para o serviço». Só após a resposta do serviço e apenas no caso de não causar transtorno ao mesmo, a bolsa seria concedida.

#### 4.2.2 Porquê os Estados Unidos?

Foi, portanto, a partir das cartas de motivação dos candidatos que se compreenderam os objetivos que os mesmos tinham ao deslocarem-se para os Estados Unidos da América. Regra geral, a razão pela qual escolhiam os EUA como país onde estagiar ou estudar prendia-se com o facto daquele país se ter tornado na potência mundial mais avançada após a II Guerra Mundial nos diversos domínios científicos aos quais os candidatos se procuravam especializar. Os EUA encontravam-se na vanguarda da investigação científica e tecnológica, ao contrário de Portugal que – consequência da guerra na Europa e de ser um estado totalitário semifechado e com grande relutância em utilizar a tecnologia proveniente do estrangeiro –, tinha na altura uma «indústria de diminuta envergadura»<sup>108</sup> e era um país «desprovido de muitas instalações essenciais»<sup>109</sup> ao nível científico.

No campo da medicina, a escolha dos bolseiros em se deslocarem aos EUA tinha dois objetivos claros. Em primeiro lugar, os avanços tecnológicos e as técnicas modernas da medicina praticadas naquele país e, em segundo lugar, o desejo dos bolseiros trazerem as essas tecnologias e as técnicas para Portugal com o fim de serem aplicadas, tanto no sistema de hospitais portugueses como no sistema de ensino da medicina em Portugal. Assim sendo, grande parte das bolsas eram destinadas a estudos ou especializações técnicas nas melhores instituições norte-americanas ligadas à área. Muitos dos bolseiros escolhiam o Johns Hopkins Hospital e a universidade pertencente ao mesmo, dependendo do objetivo daqueles ser

---

<sup>107</sup> *Ibidem*, p.18;

<sup>108</sup> AHC, Pasta “Alberto de Moraes Cerveira”, Cota 143/18, Relatório final do bolseiro;

<sup>109</sup> AHC, Pasta “António Pereira de Sousa da Câmara”, Cota 1318/14, Documento 15/7;

estudar, especializar-se ou estagiar. A Clínica Mayo, localizada em Rochester no estado do Minnesota, era também frequentemente escolhida, já que esta era uma clínica de renome mundial onde trabalhavam alguns dos melhores cirurgiões norte-americanos e onde se praticavam os «processos mais recentes (...) da cirurgia americana»<sup>110</sup>.

A título de exemplo, refira-se António Henrique Balté, bolseiro em medicina no ano de 1945 e 1946, que escolheu os Estados Unidos para lá poder estudar «as modernas técnicas de cirurgia»<sup>111</sup> durante 12 meses sem quaisquer encargos para o IAC. Por sua vez, Alberto Sarmiento e Castro, também bolseiro em medicina em 1945 pelo período de 12 meses, fez a sua escolha «com o objectivo de se aperfeiçoar nos conhecimentos da especialidade de eletrorradiologia e colher ao mesmo tempo nos centros norte-americanos elementos de informação e de ordem técnica, tendentes a orientar uma futura reorganização dos serviços a seu cargo no hospital.»<sup>112</sup>. A bolsa foi-lhe concedida a pedido do Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto – para a qual Sarmiento e Castro na altura trabalhava como primeiro assistente do serviço central de eletrorradiologia do Hospital Geral de Santo António no Porto (na altura propriedade da Santa Casa da Misericórdia do Porto) –, precisamente «pelas vantagens que dela devem resultar para os nossos serviços hospitalares»<sup>113</sup>.

Também Manuel Reimão da Cunha Pinto, investigador do Instituto Português de Oncologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e Professor do Instituto de Medicina Tropical, bolseiro para os EUA em 1946 e 1947, partiu para aquele país com o intuito de um aperfeiçoamento técnico que, segundo a Direção-geral do Ensino Superior e das Belas Artes, resultaria numa «melhoria dos serviços do Instituto a seu cargo»<sup>114</sup>. Com a duração de 12 meses e o quantitativo mensal de cinco mil escudos subsidiado pelo IAC, Cunha Pinto teve como destino a *School of Hygiene and Public Health* na Johns Hopkins University em Nova Iorque para lá se especializar em higiene e epidemiologia tropicais.

Já na área da engenharia, o propósito das deslocações dos bolseiros aos Estados Unidos da América incidia na sua preparação científica nos laboratórios e nas escolas de engenharia de renome mundial ali existentes, de forma a trazer esses conhecimentos e assim

---

<sup>110</sup> AHC, Pasta “António de Sousa Pereira”, Cota 1476/21, Documento 5, Despacho do IAC de 1944;

<sup>111</sup> AHC, Pasta “António Henrique Balté”, Cota 1530/3, Documento 3 /5, Ofício enviado pelo Presidente da Camara Municipal de Lagos ao Diretor do IAC no dia 24 de Agosto de 1945;

<sup>112</sup> AHC, Pasta “Alberto Peixoto Coelho Morais Sarmiento e Castro”, Cota 0513/13, Ofício enviado pelo Hospital Geral de Santo António ao IAC (s.d);

<sup>113</sup> AHC, Pasta “Alberto Peixoto Coelho Moreira Sarmiento e Castro”, Cota 0513/13, Ofício enviado pela Santa Casa da Misericórdia do Porto ao Diretor do IAC (s.d.);

<sup>114</sup> AHC, Pasta “Manuel Reimão da Cunha Pinto”, cota 1447/3, Ofício enviado pela DG do Ensino Superior e das Belas Artes ao Presidente do IAC a 25 de Junho de 1946;

aplica-los na reorganização, na inovação e no melhoramento tecnológico das escolas e da indústria portuguesa. Os bolsheiros tinham como destino tanto instituições de ensino norte-americanas como o MIT (Massachusetts Institute of Technology) e a Universidade do Wisconsin como também firmas privadas norte-americanas tal como a General Electric (multinacional norte-americana de serviços e tecnologia) e a Allis-Chalmers Manufacturing (construtora de maquinaria para várias indústrias).

Alberto de Moraes Cerveira, futuro Professor Catedrático da cadeira de Pesquisas e Exploração de Minas do Instituto Superior Técnico, partiu para os EUA em Julho de 1945 para lá permanecer durante quatro meses, a fim de melhorar o seu conhecimento científico e de se preparar para o, na altura, lugar de assistente naquele Instituto. Na carta registada onde Moraes de Cerveira explicita as razões pelas quais se deveria deslocar aos EUA<sup>115</sup>, o bolsheiro invoca motivos de desenvolvimento económico, bem como, de desenvolvimento tecnológico. Com o intuito de visitar e conhecer a organização de algumas das mais importantes minas dos Estados Unidos, «país em que os assuntos expostos atingiram um maior grau de aperfeiçoamento técnico» e «que possui numerosos e bem apetrechados laboratórios», Alberto Cerveira defende que esta visita seria, naturalmente, de grande importância para a resolução de certos problemas e para o desenvolvimento da indústria mineira portuguesa.

Em 1946, António Franco Wittnich Carrisso, também ele Professor Catedrático no Instituto Superior Técnico beneficiou de uma bolsa com a duração de 7 meses, sem encargos para o IAC, uma vez que o seu objetivo em deslocar-se aos EUA seria fazer um estágio de especialização em eletrotécnica na Allis-Chambers Manufacturing «que é uma das maiores e melhores organizações técnicas do seu ramo, possuindo um programa muito completo de fabrico de máquinas e aparelhagem elétrica»<sup>116</sup>. Porém, não havia neste processo referências aos benefícios que o estágio de Carrisso poderia trazer para o Estado Novo e para o país. No entanto, e tomando como exemplo os casos dos restantes bolsheiros, é da minha opinião que a direção do IST – uma vez que nada teve a opor ao envio de António Carrisso para os Estados Unidos –, via este estágio como uma benesse para aumentar o conhecimento e a experiência do professor daquela instituição, o que, naturalmente, se iria refletir também na melhoria do ensino no mesmo.

---

<sup>115</sup> AHC, Pasta “Alberto de Moraes Cerveira”, cota 143/18, Documento 2/3, Carta registada enviada por Alberto Cerveira ao Presidente do IAC (s.d);

<sup>116</sup> AHC, Pasta “António Franco Wittnich Carrisso”, Cota 0742/2, Documento 8: programa e finalidade do estágio a que António Carrisso se propunha;

Ainda na Engenharia, mas desta feita, no ramo da agronomia, note-se o caso António Pereira Sousa da Câmara, bolseiro para os Estados Unidos no ano de 1948. Na carta registada com a sua candidatura a uma bolsa de especialização em citogenética do trigo que envia ao IAC, o bolseiro defende que, não só os laboratórios norte-americanos «têm níveis nitidamente superiores ao que alcançámos na Estação Agronómica Nacional em Sacavém», já que que o «nosso meio» se encontrava «desprovido de muitas instalações essenciais», como também, esta poderia ser uma forma de estreitar as relações entre os organismos de investigação agronómica portugueses e norte-americanos, trazendo assim «para Portugal novas técnicas e novos métodos de trabalho nesta especialidade»<sup>117</sup>.

A Arnaldo Rodrigues de Sousa, diretor e professor na escola agrícola D. Dinis, foi oferecida diretamente pelo Governo norte-americano, uma bolsa para os Estados Unidos com a duração de seis meses. A bolsa de Arnaldo de Sousa diferencia-se das outras no campo da engenharia devido a duas características da mesma: em primeiro lugar, e como já referi, foi oferecida diretamente pelo *Department of State* norte-americano sob o *United States Information and Education Exchange Act of 1948* – comumente conhecido como o *Smith Mundt Act* –, um dos ramos práticos da diplomacia pública dos EUA para com o estrangeiro, que tinha em primeiro lugar o objetivo de «promover uma melhor compreensão entre pessoas dos Estados Unidos e pessoas de outros países» através de «um serviço de informação sobre os EUA de disseminação no estrangeiro» e através do «intercâmbio educacional de forma a cooperar com outras nações»<sup>118</sup>; e, em segundo lugar, porque apesar da bolsa de Arnaldo de Sousa estar relacionada com a engenharia agronómica, esta foi-lhe oferecida com o intuito de nos EUA «visitar oficialmente diversos estabelecimentos de ensino Agrícola e estudar a sua organização»<sup>119</sup>.

Outro bolseiro a partir para os EUA foi Augusto Cordeiro Soares Zagallo. Partiu inicialmente no final de 1946 com uma bolsa de 12 meses com o subsídio de cinco mil escudos fornecido pelo IAC, que lhe foi sendo prorrogada até Fevereiro de 1952, sendo que a partir de 1949 o IAC deixou de o subsidiar, passando a estadia e os estudos do bolseiro a serem fornecidos pela Universidade do Wisconsin, onde a pedido do Diretor da Estação Agronómica Nacional, Augusto Zagallo frequentou o curso e obteve o diploma de

---

<sup>117</sup> AHC, Pasta “António Pereira Sousa da Câmara”, cota 1318/14, Documento 15/7, Carta registada enviada por António da Câmara ao Presidente do IAC (s.d);

<sup>118</sup> Retirado do texto original do Smith Mundt Act de 27 de Janeiro de 1948, digitalizado em <http://www.state.gov/documents/organization/177574.pdf> [Consultado a 25 Agosto, 2014];

<sup>119</sup> AHC, Pasta “Arnaldo Rodrigues de Sousa”, Cota 0771/13;

doutoramento em Bacteriologia. O objetivo da Estação Agronómica Nacional ao enviar Zagallo para estudar naquela Universidade incidiu sobre a posterior intenção da EAN desenvolver estudos de microbiologia em Portugal e de só ali haver laboratórios adequados ao estudo e ao ensino aprofundado daquela especialidade.

António Abrantes Saraiva, também ele engenheiro e professor efetivo da Escola Industrial Marquês de Pombal em Lisboa, foi, por sua vez, bolseiro nos EUA pelo período de 12 meses, com início em Agosto de 1952. A sua bolsa tinha como destino uma especialização no MIT e a vaga da mesma havia sido oferecida pela ECA (Economic Cooperation Administration – agência norte-americana criada para administrar o Plano Marshall) à Direção-geral do Ensino Técnico Profissional no âmbito de um «projeto de estágios para engenheiros e técnicos dos países participantes no Plano Marshall» com o objetivo de colocar os beneficiários «em instituições de educação americana, para estágio e instrução teórica»<sup>120</sup>. Desta feita, António Saraiva candidata-se à bolsa subsidiada pela ECA sob o pretexto de que a sua especialização nos EUA poderia «interessar (...) ao Ministério da Educação Nacional, devido à nova reforma do Ensino Técnico Profissional e dos problemas actuais relativos à mesma especialização»<sup>121</sup>.

No mesmo ano de 1952, mais precisamente no mês de Setembro, e à semelhança de António Saraiva, também Diogo Henrique Xavier Nogueira partiu para os EUA durante 12 meses com uma bolsa oferecida pela ECA. Engenheiro mecânico no IST e professor efetivo na Escola Industrial Fonseca Benevides em Lisboa, o objetivo da sua visita aos Estados Unidos passava também pelo «aperfeiçoamento em estudos teóricos e práticos em instituições e centros pedagógicos, de concepção americana, para professores técnicos, de forma a poder ampliar e desenvolver tecnicamente o ensino das disciplinas que lhe são confiadas»<sup>122</sup>.

Passando agora à análise da área de Ciências Sociais e Humanas, os bolseiros para os Estados Unidos da América deslocaram-se lá com o objetivo de visitar a biblioteca do Congresso em Washington e de estudar ou lecionar em universidades tais como a Universidade de Fordham e da Califórnia. Os objetivos das bolsas eram dos mais variados. No caso de António Augusto Ferreira da Cruz, o bolseiro deslocou-se aos EUA com uma bolsa no campo de “Organização de Bibliotecas e Arquivos” e com o intuito de visitar a

---

<sup>120</sup> AHC, Pasta “António Abrantes Saraiva”, Cota 0633/15, Documento 1, *Ofício da Direção-geral do Ensino Técnico Profissional*;

<sup>121</sup> AHC, Pasta “António Abrantes Saraiva”, Cota 0633/15, *Ofício enviado por António Abrantes Saraiva à Direção-geral do Ensino Técnico Profissional no dia 7 de Abril de 1951*;

<sup>122</sup> AHC, Pasta “Diogo Henrique Xavier Nogueira”, Cota 1533/11, Documento 1 /2, *Ofício enviado pelo Diretor Geral do Ensino Técnico Profissional ao Presidente do IAC no dia 24 de Maio de 1951*;

biblioteca do Congresso de Washington, por ser aquela «que dispõe de organização mais perfeita»<sup>123</sup>, e de maneira a se «servir de elementos de informação e consulta para uma futura reorganização das bibliotecas e arquivos portugueses»<sup>124</sup>.

Já no caso de António Gaspar Read Henriques, bolseiro no ano de 1945, os objetivos da sua viagem aos EUA seriam diferentes. No cerne da sua deslocação encontrava-se a intenção de «proceder a um inquérito junto das comunidades portuguesas nos EUA, procurando documentar-se relativamente às suas actividades industriais, comerciais e culturais, de modo a valorizar o esforço do nosso emigrante perante a metrópole»<sup>125</sup>. A razão deste estudo incidia principalmente sob o facto de se acreditar que a propaganda sobre Portugal e o ensino de português naquele país necessitava de um impulso e de passar uma melhor imagem.

José de Sousa Bettencourt, bolseiro para os EUA no ano de 1946 apresentou a sua candidatura com o intuito de fazer um curso em ciências sociais em Lovaina. «Ponderando porém as dificuldades da Guerra»<sup>126</sup>, o bolseiro informou que, no caso de Lovaina estar fora de questão, gostaria de fazer o curso na Universidade de Fordham em Nova Iorque, o que seria também «vantajoso para o país»<sup>127</sup>. As vantagens apresentadas por José Bettencourt incidiam sobre a «difusão da língua portuguesa na América, plano em que não seria ilegítima uma competição saudável e construtiva com o Brasil» e sobre o facto de se afigurar «de real vantagem o intercâmbio cultural entre os dois países»<sup>128</sup>.

Ainda na área das ciências sociais e humanas, importa referir o caso de Virgínia Robertes Rau. Bolseira pelo Instituto para os EUA durante 6 meses em 1950, sem quaisquer encargos para o mesmo, Virgínia Rau exercia em Portugal como professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi para aquele país no seguimento de um convite da Universidade da Califórnia, não só para reger durante um semestre o curso de História de Portugal e outro de História da Colonização Portuguesa, como também para desempenhar funções de consultora de Estudos Portugueses na Biblioteca do Congresso em Washington. Não se encontram muitas informações neste processo, mas percebe-se que existia na altura um investimento tanto no ensino como no estudo do português nos Estados

---

<sup>123</sup> AHC, Pasta “António Augusto Ferreira da Cruz”, Cota 0834/10;

<sup>124</sup> *Ibidem*;

<sup>125</sup> AHC, Pasta “António Gaspar Read Henriques”, cota 0513/11, Documento 1, Ofício enviado pelo Secretário do IAC ao Cônsul Geral dos EUA no dia 4 de Novembro de 1944;

<sup>126</sup> AHC, Pasta “José de Sousa Bettencourt”, cota 1450/12, Carta registada enviada pelo bolseiro ao IAC (s.d);

<sup>127</sup> *Ibidem*;

<sup>128</sup> *Ibidem*;

Unidos da América, tenha sido este através de fundos privados, no caso da Universidade da Califórnia, ou de fundos estatais, no caso da Biblioteca do Congresso.

Na área das matemáticas, o primeiro bolsheiro partiu para os EUA no ano de 1946. Um assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, de nome Manuel Neto Murta, candidatou-se à bolsa com o objetivo de em Inglaterra se especializar em Matemáticas Aplicadas. Por motivos pessoais não conseguiu partir para Inglaterra a tempo de usufruir da bolsa que lhe havia sido atribuída e, assim sendo, a bolsa foi passada para os EUA, mais especificamente para a Brown University em Providence, Rhode Island. Com o quantitativo mensal de cinco mil escudos, Manuel Murta foi considerado bolsheiro fora do país durante 12 meses mas manteve-se nos EUA até a Outubro de 1949, usufruindo sempre de prorrogações da sua bolsa até essa data, e sempre subsidiado com fundos do Instituto para a Alta Cultura. Na sua candidatura não são mencionados os objetivos concretos da sua ida para aquele país, no entanto, nos relatórios intercalares do bolsheiro vai-se percebendo que o seu intuito em estudar naquela universidade norte-americana tinha sido sempre o de tirar o curso de doutoramento na mesma, o que, «após cuidadosa apreciação das condições vigentes no nosso país sobre a concessão de equivalência a doutoramentos realizados em Universidades estrangeiras, afigurou-se que ao meu (seu) prévio plano (de doutoramento) faltava base prática.»<sup>129</sup>. Assim sendo, e apesar de não ter conseguido realizar o doutoramento, o bolsheiro utilizou a sua estadia nos EUA para tirar um curso de «Assistência e Orientação de trabalhos de Investigação», para «adquirir dados bibliográficos necessários à elaboração da tese de doutoramento que tenciona apresentar na Universidade de Coimbra», uma vez que só ali se encontrava uma «biblioteca extraordinariamente completa em obras de matemática e física»<sup>130</sup> e porque, segundo o parecer do Professor Engenheiro Leite Pinto, a sua estadia lá seria «útil para os serviços da faculdade de que o referido bolsheiro é assistente»<sup>131</sup>.

Em 1948, foram enviados dois bolsheiros na área das matemáticas para os EUA: Carlos Manuel Pinto Alves Martins e Joaquim José Pais de Moraes. Relativamente ao processo de Carlos Martins, não existem muitas informações respeitantes aos objetivos da sua bolsa. Este bolsheiro trabalhava como «2º assistente além-quadro do ISCEF» e ainda no Centro de Estudos de Estatística Económica, anexo ao ISCEF. A sua bolsa foi de apenas 60 dias, sem encargos para o IAC, com o objetivo de «estudar as condições de colocação das cortiças portuguesas

---

<sup>129</sup> AHC, pasta “Manuel Neto Murta”, proc.0359/19, Documento 17, *Relatório intercalar do bolsheiro*;

<sup>130</sup> AHC, Pasta “Manuel Neto Murta”, proc.0359/19, Documento 40, *Despacho do IAC*;

<sup>131</sup> *Parecer do Professor Engenheiro Leite Pinto referente à prorrogação da bolsa de Manuel Neto Murta*, op. Cit. *Ibidem*;

bem como a capacidade de consumo da indústria americana da especialidade e ainda informar-se sobre o nível actual dos estudos estatísticos na universidade do Indiana»<sup>132</sup>.

No caso de Joaquim Morais, foi-lhe atribuída uma bolsa de cinco mil escudos mensais durante seis meses subsidiada pelo IAC, para estagiar no departamento de Censos Populacionais no *Bureau of the Census* em Washington. Licenciado em Ciências Matemáticas e técnico estatístico no INE, este bolseiro foi escolhido pelo próprio Instituto Nacional de Estatística para beneficiar desta bolsa, uma vez que a mesma foi oferecida pelo IAC ao INE com o objetivo de dar a oportunidade «de enviar ao estrangeiro um dos seus funcionários»<sup>133</sup>, tendo «como principal fim a introdução em Portugal do uso da amostragem estatística em inquéritos» utilizados nos EUA e cujas técnicas tinham «grande vantagem de rapidez e economia»<sup>134</sup>.

Fernando Vieira Gonçalves da Silva, Professor das cadeiras de Contabilidade Industrial e Organização de Empresas no ISCEF, foi o último a beneficiar de uma bolsa para os EUA na área das matemáticas durante o período estudado. Partiu para os EUA em 1950 e a sua estadia durou três meses. Fernando da Silva foi mais um dos portugueses que beneficiou de uma bolsa oferecida pela ECA. No seu caso, a Economic Cooperation Administration «convidou todos os países participantes do Plano Marshall a enviarem aos Estados Unidos delegados a fim de lá estudarem, (...), os novos métodos americanos de apuramento de controlo de custos de produção». Fernando foi assim enviado para os EUA com o objetivo de contribuir, no seu retorno, para «a actualização e aperfeiçoamento do ensino que ministra»<sup>135</sup>. Desta forma, Fernando da Silva participou no *Cultural Exchange Programme for Leaders and Professors*, programa da iniciativa do *Department of State* norte-americano e cujo objetivo era, na época, levar os bolseiros estrangeiros a entrar em contacto e a conhecer de perto «os melhores sistemas de ensino dos Estados Unidos»<sup>136</sup>.

No campo da Física, apenas Carlos Ferreira Madeira Cacho beneficiou de uma bolsa para os EUA durante o período cronológico em estudo. Partindo para os Estados Unidos no início de 1949, Carlos Cacho havia trabalhado já como assistente na Faculdade de Ciências da

---

<sup>132</sup> AHC, Pasta “Carlos Manuel Pinto Alves Martins”, cota 0695/12, *Despacho do IAC*;

<sup>133</sup> AHC, Pasta “Joaquim José Pais de Morais”, cota 0469/5, *Ofício enviado pelo Ministro das Finanças ao Ministro da Educação Nacional em 5 de Fevereiro de 1948*;

<sup>134</sup> AHC, Pasta “Joaquim José Pais de Morais”, cota 0469/5, *Relatório Intercalar do bolseiro* de Setembro de 1948;

<sup>135</sup> AHC, Pasta “Fernando Vieira Gonçalves da Silva”, cota 0478/2, Documento 1 /2, *Ofício enviado pelo Diretor do ISCEF ao Presidente do IAC em 2 de Junho de 1950*;

<sup>136</sup> AHC, Pasta “Embaixada Americana em Portugal – 2º volume”, cota 0692/2, Documento 78, *Ofício enviado pela Embaixada Americana ao Secretário-geral do IAC no dia 4 de Fevereiro de 1954*;

Universidade de Lisboa e havia sido já bolsheiro do IAC em Portugal a fim de fazer investigação no Centro de Estudos de Física da Universidade de Lisboa. A bolsa inicial tinha o prazo de 12 meses, mas Carlos Cacho acabou por permanecer nos EUA até Abril de 1952, tendo sido a sua bolsa prorrogada duas vezes também pelo período de 12 meses. Tendo como destino a Universidade de Chicago, Carlos Cacho foi escolhido para beneficiar desta bolsa com base no pedido do diretor da Faculdade de Ciências de Lisboa e tendo em conta que da sua visita aos EUA poderiam «resultar reais vantagens para o grupo de física desta faculdade e, em geral, para o ensino universitário da Física em Portugal»<sup>137</sup>.

### 4.2.3 O retorno dos bolsheiros

O retorno profissional, técnico e académico dos bolsheiros que foram para os EUA foi analisado com base nos relatórios que os bolsheiros redigiram e nos quais relatavam a experiência que tiveram naquele país e o que lá aprenderam. No entanto, não é possível aqui tratar de todos os bolsheiros, uma vez que nem todos os seus processos continham o relatório final. Alguns dos processos não tinham sequer referências ao relatório, porquanto outros, por sua vez, referenciavam o dito relatório mas o mesmo não se encontrava junto com o processo. Assim sendo, este subcapítulo retira as suas ilações tanto dos relatórios dos bolsheiros como daquilo que os bolsheiros se tornaram ao nível profissional após a sua visita aos EUA.

Na área da medicina, e apesar dos poucos relatórios redigidos pelos bolsheiros desta área científica, percebe-se pela análise dos mesmos que o retorno das bolsas que beneficiaram nos EUA foi, de uma maneira geral, no sentido de aplicar os conhecimentos adquiridos de forma a não só aperfeiçoar as técnicas científicas da prática da medicina em Portugal, como também de forma a aperfeiçoar o ensino das mesmas no país. O facto de vários bolsheiros se terem tornado docentes em faculdades de medicina após a sua deslocação aos EUA comprova isso mesmo. Acácio da Cruz e Silva tornou-se docente na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. João Bello de Moraes acabou por se tornar Professor Catedrático da mesma Faculdade e, em 1960 ainda se tornou Diretor do Serviço de Ortopedia dos Hospitais de Santa Maria. António Henrique Balté, por sua vez, após a sua bolsa de especialização nos Estados Unidos tornou-se Diretor Clínico do Hospital Distrital de Lagos e ainda foi

---

<sup>137</sup> AHC, Pasta “Carlos Ferreira Madeira Cacho”, Cota 1647/8, Documento 4, *Parecer da 2ª Secção da Faculdade de Ciências de Lisboa*;

representante dos Serviços Médicos Sociais Portugueses no Conselho da Europa. Coriolano Albino Ferreira, que foi para os EUA frequentar um curso de administração hospitalar, acabou por ser nomeado Secretário de Estado da Segurança Social em 7 de Agosto de 1979, sob o Ministro dos Assuntos Sociais Engenheiro Alfredo Bruto da Costa, do V Governo Constitucional da Primeiro-ministro Maria de Lurdes Pintassilgo<sup>138</sup>.

No campo da engenharia os relatórios dos bolseiros são também pouco abundantes. No entanto, através dos mesmos percebe-se que o retorno pretendido das bolsas para os EUA atribuídas nesta área seria não só o desenvolvimento da indústria portuguesa, das técnicas agronómicas e de silvicultura praticadas em Portugal, como também, o aperfeiçoamento do ensino nos vários ramos da engenharia. Alberto de Moraes Cerveira, que acabaria por se tornar Professor Catedrático no IST, menciona no seu relatório uma necessária «especialização quer na parte do corpo docente, quer na organização dos cursos, especialização essa que, embora um tanto necessária nas nossas escolas técnicas, não pode nem deve nelas ser feita, à escala americana, mercê do estado e condições atuais da nossa indústria de diminuta envergadura»<sup>139</sup>. Saliencia igualmente a necessidade das Escolas Superiores Técnicas portuguesas se equiparem com laboratórios de minérios, uma vez que isso se refletiria num «melhor ensino», numa «mais fácil e completa compreensão dos métodos de preparação de minérios expostos em lições teóricas e mesmo aprendizagem e possibilidades de serem efectuadas investigações por parte dos professores» e ainda porque «por se dotar o país de laboratórios onde os nossos minérios possam ser estudados de modo a poder ser investigado o melhor método de tratamento», protegia-se assim «o industrial mineiro, e portanto, a economia nacional, dos insucessos de instalação de aventura»<sup>140</sup>.

Augusto Cordeiro Zagallo, que obteve o grau de Doutoramento pela Universidade do Wisconsin, ainda voltou a ser bolseiro para os EUA no ano de 1960 e foi um dos membros fundadores do Instituto Português de Microbiologia.

Nas Ciências Sociais e Humanas o retorno dos bolseiros ia desde a aprendizagem de técnicas de organização de bibliotecas e arquivos à tentativa de perceber os problemas do ensino da língua portuguesa nos EUA, passando pelo já comum aperfeiçoamento do ensino em Portugal. No primeiro caso, o exemplo de Augusto Ferreira da Cruz que se deslocou aos EUA com o intuito de reorganizar as bibliotecas e os arquivos portugueses. No segundo caso,

---

<sup>138</sup> Diário do Governo, 1ª série, Número 181, 7 de Agosto de 1979, disponível na WEB em <https://dre.pt/application/file/321664> [consultado a 6 de Outubro de 2014];

<sup>139</sup> AHC, Pasta “Alberto de Moraes Cerveira”, Cota 143/18, Relatório final do bolseiro;

<sup>140</sup> *Ibidem*;

o exemplo de António Gaspar Read Henriques, futuro membro fundador do Instituto de Cultura de Ponta Delgada, que conclui com o seu estudo nos EUA que «o ensino eficaz da língua portuguesa na Califórnia carece de um esforço conjunto dos governos de Lisboa e do Rio de Janeiro»<sup>141</sup>. E no último caso, o exemplo de Artur de Carvalho, vogal da Junta Nacional de Educação, que foi estudar aos Estados Unidos da América os processos de aperfeiçoamento das técnicas do ensino liceal com o objetivo de as implementar em Portugal.

Nas matemáticas, mais uma vez, o retorno do envio dos bolseiros para os EUA tinha como objetivo o aperfeiçoamento do ensino e o melhoramento das técnicas utilizadas nesta área em Portugal. Carlos Alves Martins acabou por se tornar Professor no ISCEF. Fernando da Silva, que também ele acabou por se tornar Professor Catedrático no ISCEF, deslocou-se aos EUA com o intuito de aperfeiçoar os métodos de ensino que ministrava em Contabilidade Industrial e Organização de Empresas. Joaquim de Moraes foi para os EUA a pedido do INE, com o fim de aquando do seu retorno, introduzir em Portugal os conhecimentos que de lá trouxe em amostragem estatística de forma a melhorar esses mesmos serviços. Manuel Neto Murta, também ele bolseiro nos EUA nesta área, foi para lá pela utilidade que os conhecimentos que adquiriu teriam quando empregues no seu trabalho como assistente na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Nos anos 50 foi ainda bolseiro do IAC no Centro de Matemáticas Aplicadas do Estudo de Energia Nuclear, anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e acabou por se tornar Professor Catedrático daquela universidade.

No campo da física, Carlos Cacho foi o único bolseiro a ir para os EUA. Depois da sua bolsa para este país, foi ainda para Inglaterra também como bolseiro. O retorno que este bolseiro trouxe dos EUA foi, sem dúvida, o aperfeiçoamento do ensino da física em Portugal, uma vez que Carlos Cacho era assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Tornou-se físico de 1ª classe da JEN, foi ainda consultor da comissão encarregada de estudar a instalação de centrais nucleares para a produção de energia elétrica em 1956. Foi vice-presidente da Comunidade Europeia de Energia Atómica (SEEA) entre 1968 e 1971 e, entre 1974 e 1975 foi ainda presidente da JEN.

Em suma, a América do Norte, apesar de não se encontrar no pódio do destino dos portugueses que se deslocavam ao estrangeiro para se especializarem, estudarem e

---

<sup>141</sup> AHC, Pasta “António Gaspar Read Henriques”, Cota 0513/11, Documento 9, Relatório final do bolseiro;

melhorarem as suas técnicas e métodos científicos, encontra-se, ao longo das décadas de 20, 30, 40 e 50, na lista dos dez destinos mais procurados pelos mesmos.

Ainda assim torna-se interessante perceber que, os EUA, apesar da distância, dos altos custos das viagens e do – comparado com Portugal – alto custo de vida lá, é um dos países mais escolhidos pelos bolseiros e pelo Instituto de Alta Cultura para o envio desses mesmos bolseiros. A devastação da Europa causada pela II Guerra Mundial e a “modernidade” técnica, científica, teórica e metodológica que se vivia nos principais centros norte-americanos fez com que os EUA permanecesse na lista de destinos mais procurados com a finalidade de aperfeiçoar o conhecimento dos portugueses.

Os EUA surgem assim como um país moderno e modernizado para onde eram enviados os portugueses sob o estatuto de bolseiros ou equiparados a bolseiros, para que, no final pudessem trazer, aplicar e melhorar as instituições portuguesas sempre tendo em mente o progresso científico português e de Portugal.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho encontra-se dividido em três partes distintas. A primeira, introduz ao leitor um contexto histórico da Guerra Fria, do Estado Novo e das relações luso-americanas; a segunda fornece um enquadramento teórico de conceitos como o *soft power* e a diplomacia cultural; a terceira e última parte analisa as fontes históricas relacionadas com as bolsas de estudo e de estágio com destino aos Estados Unidos da América entre 1945 e 1952, das quais beneficiaram cidadãos portugueses. Esta última parte tem o propósito de compreender quais os objetivos por trás das mesmas e de compreender, mais especificamente, qual ou quais os objetivos do IAC, entidade ligada ao Estado Novo, em permitir que sejam oferecidas a portugueses, bolsas com destino a um país do qual o governo português tanto desconfiava na época, bem como, qual ou quais seriam os propósitos do governo norte-americano oferecer e subsidiar bolsas de estudo para o seu país a cidadãos portugueses.

Este estudo, ao analisar os objetivos subjacentes às bolsas de estudo, vem desta forma preencher um vazio na historiografia portuguesa, dando relevância a um campo que até nos dias de hoje é visto apenas como uma mais-valia para o beneficiário, não só ao nível do enriquecimento pessoal, como também ao nível do meio no qual o bolseiro será inserido, tendo em conta os conhecimentos profissionais, académicos e culturais com que aqueles voltam para o país de onde partiram.

Concluo assim que as relações entre Portugal e os EUA foram, ao longo do período em estudo neste trabalho, sempre muito formais e sempre com interesses económicos e geoestratégicos, caracterizadas por um clima de desconfiança existente de ambos os lados. Por um lado, Portugal sob um governo totalitário, regido por um homem de princípios conservadores grandemente desconfiado do liberalismo e da tecnologia provenientes da grande potência. Por outro lado, os EUA, com a intenção de propagar os ideais liberais e democráticos e numa intensa luta contra o comunismo.

No entanto, na prática, o *status quo* das suas relações manteve-se sempre no campo da cordialidade entre os dois. Apesar de, pelas diferenças ideológicas, os dois estados não terem mantido um contacto diplomático frequente, a ambição do progresso científico em Portugal manteve os Estados Unidos da América no radar português.

As bolsas de estudo oferecidas a portugueses com destino aos EUA refletem isso mesmo. Aliado também aos altos gastos envolvidos no envio de bolseiros para aquele país, os

EUA nunca foram, ao longo do período do Estado Novo, o destino preferencial. Entre 1929 e 1950, os EUA foram o oitavo país a receber maior número de bolseiros portugueses, ficando, respetivamente, atrás de países como a França, Inglaterra, Alemanha, Espanha, Suíça, Itália e Bélgica<sup>142</sup>. Não obstante, os EUA, apesar de todos os encargos envolvidos e das relações voláteis com Portugal, foi sempre um destino procurado entre os bolseiros e pelas instituições do Estado Novo, facto para o qual a destruição e o caos vivido nas grandes cidades europeias resultado da segunda Guerra Mundial veio também ajudar.

Quer tenha sido na área da medicina, da engenharia, das ciências sociais e humanas ou da física, grosso modo, os bolseiros e as instituições portuguesas que os recomendaram a beneficiar das bolsas tinham particular interesse num futuro aperfeiçoamento do ensino em Portugal, pondo assim em prática no país os conhecimentos adquiridos pelos referidos bolseiros fora dele. A grande maioria das bolsas tinha este objetivo e, tendo em conta, que um número razoável dos bolseiros exercia a profissão de professor ou investigador do ensino superior ou do ensino técnico em Portugal e que um número também ele razoável de bolseiros acabou por se tornar professor ou investigador em instituições de ensino ou centros de investigação, este foi um objetivo que foi de facto posto em prática aquando do retorno daqueles indivíduos.

Amândio Tavares, no relatório que elaborou em 1951 sobre o Instituto para a Alta Cultura e a investigação científica em Portugal faz um esboço que comprova isso mesmo. Tavares afirma que «com efeito, muitos dos nossos bolseiros no País ou no estrangeiro, simples licenciados, estagiários ou assistentes, ao tempo da concessão das bolsas ascenderam ao professorado das universidades e demais escolas de ensino superior.»<sup>143</sup>, afirmação à qual ainda acrescenta o número concreto de 104 bolseiros que ingressaram nos quadros de instituições de ensino portuguesas.

Outro objetivo claro inerente ao envio de bolseiros portugueses para os Estados Unidos da América era o aperfeiçoamento do pessoal técnico dos quadros do Estado Novo. Utilizando mais uma vez palavras escritas em 1951 por Amândio Tavares no anteriormente referido relatório, muitos bolseiros «exerceram ou exercem funções superiores de direção, em

---

<sup>142</sup> AMARAL, Ilídio do (coord.), *Subsídios para a elaboração de um relatório sobre a situação actual das actividades de investigação científica no âmbito do Instituto de Alta Cultura, de acordo com o despacho do senhor ministro da educação nacional de 1 de Fevereiro de 1972*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1972, pp. 15.

<sup>143</sup> TAVARES, Amândio, *O Instituto para a Alta Cultura e a investigação científica em Portugal*, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1951, pp. 59.

importantes departamentos, museus e bibliotecas, contribuindo de modo por vezes notável para remodelar os serviços e o ensino em bases mais modernas e mais eficientes»<sup>144</sup>.

Havia ainda um outro objetivo na expedição de bolseiros para os EUA. Apesar de vir apenas expresso num dos processos dos bolseiros – o de António Gaspar Read Henriques –, é transparente no relatório final desse bolseiro, a inquietação com o alheamento oficial e carência de estímulos face ao ensino de português no norte da América. O facto de António Henriques expor esta situação no seu relatório evidencia que havia uma preocupação com a imagem que Portugal passava para o estrangeiro.

Por sua vez, nos quatro casos em que as bolsas foram atribuídas a portugueses pelo Governo norte-americano, todas foram concedidas com o propósito de colocar os bolseiros em instituições de educação americanas a fim de lá fazerem um estágio ou receberem instrução teórica. Os bolseiros foram levados para essas instituições com o intuito de estudarem a organização dos estabelecimentos de ensino de “conceção americana”, que por serem os “mais modernos”, serviriam de modelo de forma a ampliar e a desenvolver o ensino em Portugal.

Este estudo inicial do intercâmbio de bolsas de estudo inserido na investigação histórica do intercâmbio cultural prova que as bolsas de estudo em Portugal não eram meras formalidades e que por trás das mesmas estavam encobertos intentos de maior importância. Apesar de – uma vez que não se analisou a documentação gerada pelo Governo norte-americano – não se ter encontrado aqui objetivos políticos claros e transparentes nas bolsas oferecidas pelo Governo dos EUA a portugueses, percebeu-se que os norte-americanos tinham a intenção de ensinar e transmitir, primeiro aos bolseiros portugueses mas depois ao país, os seus métodos de ensino, tentando assim implementar indiretamente uma escola de conceção semelhante à praticada no Norte da América. Todavia, uma análise mais pormenorizada e com acesso à documentação norte-americana relativa a este assunto deve ainda ser feita.

Assim sendo, este intercâmbio de bolseiros, apesar de não ser uma política cultural de resultados imediatos, veio, a médio / longo prazo, influenciar na modernização das técnicas de investigação, no aperfeiçoamento dos métodos de ensino e na remodelação e melhoramento da organização de estabelecimentos de certas áreas científicas em Portugal, contribuindo também para o quebrar do isolamento cultural e científico do Estado Novo.

---

<sup>144</sup> *Ibidem*, pp. 59.



## 6 FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 6.1 FONTES DE ARQUIVO

Arquivo Histórico Camões, Instituto Camões, Lisboa.

Arquivo Histórico-Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.

### 6.2 BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Richard T., *The First Resort of Kings: American Cultural Diplomacy in the Twentieth Century*, Sterling, Potomac Books, Inc, 2005;

AMARAL, Ilídio, *Subsídios para a elaboração de um relatório sobre a situação actual das actividades de investigação científica no âmbito do Instituto de Alta Cultura, de acordo com o despacho do senhor ministro da educação nacional de 1 de Fevereiro de 1972*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1972

COSTA PINTO, António (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000;

GADDIS, John Lewis, *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, 2005;

GARCIA, Óscar Martim, “A Complicated Mission: The United States and the Spanish Students during Johnson Administration”, *Cold War History*, nº 3, volume 13, 2013;

GLADE, William, “Issues in the Genesis and Organization of Cultural Diplomacy: A Brief Critical History”, *The Journal of Arts Management, Law and Society*, volume 39, 2009;

LEFFLER, Melvin P., WESTAD, Odd Arn (ed.), *The Cambridge History of the Cold War*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008;

MAGALHÃES, José Calvet de, *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1991;

MARCOS, Daniel, “A política externa portuguesa do Ultimato à transição para a Democracia: uma perspectiva bibliográfica”, in *Relações Internacionais*, Lisboa, nº 28, 2010

MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal vol. III*, Palas Editores, Lisboa, 1986;

MARTINS, Fernando (ed.), *Diplomacia & Guerra: Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo*, Lisboa, Edições Colibri e CIDEHUS-UE, 2001;

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal, vol. 7, “Estado Novo (1926 – 1974)”*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994;

- MENESES, Filipe Ribeiro de, *Salazar: uma biografia política*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2009;
- MENESES, Filipe Ribeiro de, e OLIVEIRA, Pedro Aires (coords.), *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*, Tinta-da-china, Lisboa, 2011;
- MULCAHY, Kevin V, “Cultural Diplomacy and the Exchange Programmes: 1938-1978” in *Journal of Arts Management, Law & Society*, Vol. 39, issue 1, 1999;
- NYE, Joseph S., *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*, Nova Iorque, Basic Books, 1991;
- NYE, Joseph S., *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, Nova Iorque, PublicAffairs, 2004;
- PAINTER, David S., *The Cold War: an international history*, London, Routledge, 1999;
- PARMAR, Inderjet e COX, Michael, *Soft Power and US Foreign Policy: Theoretical, Historical and Contemporary Perspectives*, Londres, Routledge, 2010;
- PATTERSON, Thomas G., McMAHON, Robert J., *The origins of the Cold War*, Lexington, D. C. Heath, 1991;
- RODRIGUES, Luís Nuno (coord.), *Regimes e Impérios: As Relações Luso-Americanas no século XX*, Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento, Lisboa, 2006;
- RODRIGUES, Luís Nuno, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002;
- ROLLO, Maria Fernanda, QUEIROZ, Maria Inês, BRANDÃO, Tiago e SALGUEIRO, Ângela, *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2012;
- ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão, *Dicionário de História do Estado Novo, vol. I*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996;
- ROSAS, Fernando e BRITO, José M. Brandão (orgs.), *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989;
- SCHUMACHER, Frank, HIXSON, Recensão crítica de HIXSON, Walter L., *Parting the Curtain: Propaganda, Culture, and the Cold War, 1945-61*, in *H-Diplo* (Abril, 1998) [Consultado em Julho de 2014]. Disponível em: <https://networks.h-net.org/node/28443/reviews/30084/schumacher-hixson-parting-curtain-propaganda-culture-and-cold-war-1945>;
- SCOTT-SMITH, Giles, “Mapping the Undefinable: Some Thoughts on the Relevance of Exchange Programs Within International Relations Theory”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, nº 616, Março de 2008. Disponível em <http://ann.sagepub.com/content/616/1/173> [consultado em Julho de 2014].
- SCOTT-SMITH, Giles e KRABBENDAM, Hans, *The Cultural Cold War in Western Europe 1945-1960*, Oxford, Psychology Press, 2003;

SNOW, Nancy e TAYLOR, Phillip M (eds.). *Routledge Handbook of Public Diplomacy*, Oxon, Routledge, 2009;

TAVARES, Amândio, *O Instituto para a Alta Cultura e a investigação científica em Portugal, vol. I*, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1951;

TORGAL, Luís Reis, *Estados Novos Estado Novo vol. 1 e 2*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

### **6.3 WEBGRAFIA**

<https://dre.pt/application/file/321664>, a 6 de Outubro de 2014;

<http://www.instituto-camoes.pt/centro-recursos/arquivo-historico-camoes>, acedido a 12 de Março de 2014;

<http://www.state.gov/documents/organization/177574.pdf>, acedido a 25 de Agosto de 2014.